



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO TRÊS RIOS

Kelly Oliveira do Vale

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS
PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Três Rios

2025

Kelly Oliveira do Vale

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Trabalho de conclusão para o curso de
Administração da Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do
título de bacharel em Administração.

Orientador (a): Prof. Dra. Débora Vargas
Ferreira Costa

Três Rios

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

O48p Oliveira do Vale, Kelly, 17/11/1995
Precarização do Trabalho: uma análise
bibliométricas das produções acadêmicas /
Kelly Oliveira do Vale. - Três Rios, 2025.
65 f.: il.

 Orientadora: Débora Vargas Ferreira Costa.
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Bacharel em Administração, 2025.

 1. Transformações do mundo do trabalho. 2.
Precarização do Trabalho. 3. Flexibilização do
Trabalho. I. Vargas Ferreira Costa, Débora , 1982-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Bacharel em Administração III. Título.

04/12/2025, 18:26

sipac.ufrrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2010951



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO
RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO/ITR
CADASTRO Nº 1091 / 2025 - CoordCGAdm/ITR (12.28.01.00.00.00.12)

Nº do Protocolo: 23083.069840/2025-86

Seropédica-RJ, 02 de dezembro de 2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO,
INSTITUTO DE DE TRÊS RIOS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS
PRODUÇÕES ACADÊMICAS

KELLY OLIVEIRA DO VALE

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado como pré-
requisito parcial para
obtenção do
título de bacharel
em Administração, Instituto
Três Rios da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aprovado em **05/11/2025**

Banca examinadora:

(Assinado digitalmente em 04/12/2025 18:21) (Assinado digitalmente em 02/12/2025 19:09)
ANA LIVIA LOPES DE SOUZA SANTOS DEBORA VARGAS FERREIRA COSTA
PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCAdmS (12.28.01.00.00.00.16) DeptCAdmS (12.28.01.00.00.00.16)
Matrícula: 3471097 Matrícula: 1781564

(Assinado digitalmente em 02/12/2025 21:47) LUIZ GUILHERME
DIAS CESAR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 125.134.836-00

https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2010951
04/12/2025, 18:26 sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2010951

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1091**, ano: **2025**, tipo: **CADASTRO**, data de emissão: **02/12/2025** e o
código de verificação

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho significa muito mais do que alcançar um objetivo acadêmico; é a vitória sobre uma jornada marcada por desafios, perdas e superação.

Durante esse caminho, enfrentei a dor imensa da perda da minha mãe, um vazio impossível de preencher. Ainda assim, sua força, seus conselhos e o amor que me deixou permaneceram vivos em mim, guiando meus passos até aqui. Este trabalho é também para ela, que sempre acreditou no meu potencial.

A pandemia trouxe incertezas, isolamento e momentos em que a vontade de desistir parecia maior do que a de continuar. Em meio a isso, as pessoas mais próximas a mim sabem das crises de ansiedade que eu tinha só em ouvir a palavra “TCC”. Foram muitas as vezes em que pensei que não conseguiria. Mas, em cada instante de fraqueza, encontrei apoio nas pessoas que amo.

Agradeço ao meu pai e aos meus irmãos, por estarem ao meu lado em todos os momentos, me oferecendo força e amparo. Ao meu namorado e aos meus sogros, pelo carinho, compreensão e incentivo constantes. Aos meus amigos, que sempre tiveram uma palavra de apoio e me lembravam, todas as vezes, que seria possível chegar até o fim.

Agradeço à minha professora orientadora, Débora, pela dedicação, paciência, orientação precisa e incentivo constante, que foram fundamentais para a elaboração e o aprimoramento deste TCC. Sua experiência e sabedoria acadêmica foram determinantes para o desenvolvimento deste estudo, obrigada por me aceitar como orientanda e acreditar em mim. Agradeço também à aluna Ana Beatriz, que me foi cedida pela professora para colaborar no acompanhamento e execução das atividades, contribuindo de forma significativa para a realização deste trabalho.

Agradeço a Deus a Nossa Senhora, por me sustentarem e me envolverem com fé, coragem e proteção em todos os momentos dessa caminhada, por me sustentar e me mostrar que, mesmo diante das maiores dores, é possível continuar e alcançar nossos sonhos.

Este TCC é fruto não apenas de estudo e dedicação, mas também do amor, do apoio e da força de todos que caminharam comigo. A cada um de vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliométrica sobre a precarização do trabalho, analisando 22 artigos publicados na plataforma SPELL entre 2015 e 2025. A partir da revisão sistemática da produção acadêmica, buscou-se identificar as principais tendências, abordagens teóricas, características metodológicas e contribuições dos estudos relacionados ao tema. Os resultados indicam um crescimento progressivo do interesse científico pela precarização, predominância de metodologias qualitativas e revisões bibliográficas, além da concentração da produção em universidades públicas federais. A literatura revela a precarização como fenômeno multifacetado, abrangendo setores diversos e expressando impactos sociais, econômicos e subjetivos nos trabalhadores, sobretudo em contextos de informalidade, terceirização, economia digital e reformas trabalhistas recentes. Este estudo contribui para o campo da Administração ao fornecer um mapeamento atual da produção acadêmica e indicar lacunas para pesquisas futuras, principalmente sobre categorias vulneráveis, efeitos da pandemia e abordagens metodológicas diversificadas.

Palavras-Chave: Flexibilização do trabalho; Precarização do trabalho; Bibliometria; Relações trabalhistas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estudos de precarização do trabalho na Spell	32
Tabela 2 – Evolução anual das publicações	34
Tabela 3 – Autores e co-autores	36
Tabela 4 – Vínculos de autores por instituição	39
Tabela 5 – Abordagens Metodológicas	41
Tabela 6 – Principais Contribuições	43
Tabela 7 – Sugestões de Pesquisa Futuras	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução anual das publicações	35
Gráfico 2 – Vínculos institucionais dos autores	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Transformações no mundo do trabalho	8
2.2 A evolução da precarização	17
3. METODOLOGIA	31
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1 Evolução Anual das Publicações	34
4.2 Artigos publicados por autor	35
4.3 Quantidade de autores por vínculo institucional	39
4.4 Características metodológicas dos estudos	41
4.5 Contribuições dos artigos	42
4.6 Estudos Futuros	45
5. DISCUSSÃO	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

O trabalho é um assunto amplamente discutido no meio acadêmico, onde diversas visões sobre sua verdadeira definição e importância são apresentadas. Enquanto alguns pensadores, como Gorz (1988) e Méda (1995), proclamam que o trabalho chegou ao fim, afastando-se da relação tradicional entre trabalho e valor, outros, como Castel (1998) e Dejours (1998), ressaltam a relevância do trabalho na formação da identidade e no desenvolvimento pessoal. Essas abordagens enfatizam que o trabalho desempenha um papel crucial como integrador e regulador social, uma vez que oferece ao indivíduo um reconhecimento dentro da sociedade (Lhuillier, 2013).

É importante destacar que, a classe trabalhadora é composta por todos os assalariados, tanto homens quanto mulheres, que dependem da venda de sua força de trabalho, o que chamamos de classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1995; Antunes, 1999), e que não possuem os meios de produção. A classe trabalhadora inclui o proletariado rural, que vende sua força de trabalho ao capital, como é o caso dos assalariados nas regiões agroindustriais. Ela também abrange o proletariado precarizado, que compreende o proletariado moderno, fabril e de serviços, com vínculos de trabalho temporários e situações de precarização, cada vez mais comuns em todo o mundo produtivo. Além disso, a definição inclui todos os trabalhadores desempregados (Antunes, 2004).

A precarização do trabalho teve início a partir da década de 1970, como consequência de uma crise estrutural do capital que desencadeou profundas transformações nas relações laborais e nos modos de organização do trabalho (Mészáros, 2002). A fragmentação e a fratura social intensificaram a precarização do trabalho a tal ponto que ela se tornou elemento central das políticas neoliberais adotadas pelo Estado e pelo grande capital. Essa tentativa de equilíbrio impacta diretamente as políticas relacionadas ao emprego, aos salários, à qualificação, à comercialização e à utilização da força de trabalho na produção, estabelecendo conexões com a legislação trabalhista em vigor (Delgado, 2006).

Com isto, adotou-se como objetivo geral analisar os estudos acerca da precarização do trabalho a partir das pesquisas publicadas nos últimos 10 anos na plataforma SPELL. Além disso, os objetivos específicos:

- Identificar as principais abordagens teóricas utilizadas para analisar a precarização do trabalho.

- Examinar a evolução da produção acadêmica acerca da precarização do trabalho.
- Identificar tendências de estudos futuros sobre precarização do trabalho

A presente pesquisa bibliométrica contribui para os estudos em Administração ao oferecer um mapeamento sistemático da produção acadêmica sobre a precarização do trabalho, tema que vem ganhando relevância no contexto das transformações contemporâneas nas relações laborais.

Como sugere Snyder (2019, p. 334), “a consideração da literatura anterior é relevante e essencial [...] para mapear e avaliar a área [...] e justificar a questão e as hipóteses de pesquisa”. Dessa forma, esta pesquisa reforça a relevância do tema para a Administração e aponta caminhos para o desenvolvimento de novos estudos que considerem as dimensões éticas, sociais e políticas das práticas organizacionais frente às novas formas de gestão do trabalho precarizado.

Após esta introdução, o trabalho avança para o referencial teórico que sustenta a análise proposta. Na continuidade, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, bem como os resultados obtidos e sua correspondente discussão. O texto se encerra com as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, com o objetivo de contextualizar a problemática investigada e estabelecer o diálogo com os principais autores que discutem o tema. O referencial teórico constitui-se em um alicerce fundamental, pois permite compreender como o fenômeno tem sido analisado ao longo do tempo e sob diferentes perspectivas.

Assim, são abordadas as transformações do mundo do trabalho, os conceitos relacionados à precarização e as interpretações contemporâneas sobre suas implicações sociais e organizacionais. Esse embasamento possibilita não apenas situar a pesquisa no campo científico, mas também evidenciar as contribuições e lacunas existentes na literatura, orientando as análises realizadas nos capítulos seguintes.

2.1 Transformações no mundo do trabalho

As relações de trabalho se modificaram expressivamente desde o seu surgimento. Segundo Billiard (1993) é fundamental, no entanto, diferenciar o trabalho de suas formas sociais e históricas, considerando o duplo caráter do trabalho humano: ele se baseia em uma relação universal entre os seres humanos e a natureza, e também atua como suporte para relações sociais específicas. Não pode-se afirmar que o trabalho surgiu apenas com a economia de mercado, que o transforma em uma entidade abstrata, desvinculada de seu conteúdo e tratada como mercadoria trocada por salário.

Embora a troca do trabalho por um salário, o contrato de subordinação ao empregador, a imposição de tempo de trabalho, a execução de tarefas definidas e organizadas por terceiros, e a separação do ambiente de trabalho da esfera doméstica e política caracterizem o trabalho em sua forma abstrata e o assalariamento como uma moderna relação social, não há uma ruptura entre diversos tipos de atividades e aquelas que são reconhecidas economicamente. O assalariamento não abrange todas as formas de trabalho: o trabalho doméstico, o trabalho voluntário e o trabalho político e sindical nos levam a lembrar da distinção entre os conceitos de trabalho e emprego (Billiard, 1993).

Para apresentar uma perspectiva mais ampla, é importante considerar a origem etimológica da palavra "trabalho", que vem do latim "tripalium", um instrumento de tortura. Originalmente, a palavra conota sofrimento e tormento. Embora seu significado tenha evoluído, ainda persiste uma dimensão de limitação e pressão associada ao esforço. O trabalho exige mobilização de energia e está sempre orientado a um objetivo. Além disso, é essencialmente social: não se trata apenas de uma atividade individual, mas de algo que é realizado com e para os outros, subordinado a um objetivo coletivo que é organizado e gerido. Assim, o trabalho é permeado por confrontos e conflitos, sempre implicando uma interação com a realidade física e as relações sociais, mediada por uma ação que possibilita a experiência desse real (Lhuillier, 2013).

A visão do trabalho como uma pena, originada do conceito de "tripalium", oculta sua dimensão criativa, sua capacidade de desvio e de superação de pressões, além de seu potencial de desenvolvimento pessoal (Dejours, 1990). O papel que o trabalho desempenha para cada indivíduo varia de acordo com as oportunidades que ele consegue encontrar e criar, influenciadas por seu desejo, sua história e sua personalidade. Essas oportunidades estão ligadas

à "ressonância simbólica" entre a situação de trabalho atual e as experiências do passado, esta que torna possível a transformação do objetivo da pulsão no processo de sublimação e que concede um significado à atividade para o sujeito, considerando sua trajetória única (Dejours, 1990).

No melhor cenário, o trabalho oferece satisfações que substituem desejos formados na infância. Quando não é possível estabelecer esses compromissos, o trabalho parece desconectado do passado. Muitas vezes, ele assume uma função defensiva, servindo como uma forma de lutar contra si mesmo e evitar conflitos e angústias internas. A hiperatividade se torna um contrainvestimento, exigindo um gasto de energia constante e um ativismo que não permite pausas. Essa postura defensiva é reforçada pela ideologia da ação, que oculta a busca por sentido e prioriza um dinamismo contínuo, sempre baseado na produtividade (Lhuillier, 1997).

Quando o trabalho é realizado não em sintonia com o desejo, mas em oposição a ele, e as pressões são tão intensas que não há espaço para a sublimação, que refere-se ao processo psíquico de canalizar impulsos ou desejos que poderiam ser considerados inaceitáveis ou indesejados para formas de expressão mais socialmente aceitáveis e produtivas, surge uma luta interna. Essa repressão leva a uma espécie de anestesia do funcionamento psíquico e a um empobrecimento que se manifesta como despersonalização devido à instrumentalização. O trabalho em condições precárias exige que se renuncie aos sonhos e fantasias, a menos que se consiga subverter os métodos impostos e reconectar-se à “inteligência astuta”, uma inteligência essencialmente transgressiva que se manifesta por meio da imaginação, invenção, inovação e bricolagem, essa dinâmica ativa é uma das principais fontes de prazer no trabalho (Détienne & Vernant, 1974)

Portanto, pode-se entender a questão do sofrimento ou do prazer no trabalho como uma questão de má utilização de si ou, pelo contrário, como uma utilização que atende às necessidades de afirmação de um “Eu” e de uma identidade. O significado do trabalho é amplo, envolvendo tanto uma compreensão subjetiva quanto social. Ele varia desde a concepção individual, relacionada aos sentidos que se atribui, até a perspectiva social, onde se materializa nos significados construídos historicamente e compartilhados. Assim, o trabalho será sempre um conceito em constante transformação (Borges, 1998).

Portanto, é fundamental analisar como o trabalho é percebido e abordado ao longo da história. Nas sociedades pré-industriais, não existia uma definição clara para o que se entendia por trabalho (Martins *et al*, 2012). Como por exemplo, na Revolução Neolítica, que ocorreu entre 7.000 e 3.000 a.C., transformou radicalmente a relação do ser humano com a natureza,

marcando o início da domesticação de animais em maior escala e do cultivo da terra. Segundo Rezende Filho (1997), foi a atividade agrícola, principalmente, que possibilitou ao homem viver em comunidades estáveis, promovendo a sedentarização e introduzindo a ideia de trabalho coletivo. Nesse contexto, o trabalho coletivo não tinha distinções de categoria, pois a noção de posse privada ainda não existia, apenas objetos pessoais, como roupas e pequenos adornos, eram considerados propriedade individual, enquanto todo o restante era compartilhado (Franco Júnior & Chacon, 1986).

No Período Arcaico, que ocorreu no século VIII a.C., com a desintegração da atividade agropastoril e das propriedades comunais, observa-se um aumento significativo no uso de escravos. A emergência da propriedade privada, o crescimento dos mercados e da produção, juntamente com a escassez de recursos (que gerava uma demanda maior por trabalho), criaram as condições para o surgimento da escravidão em proporções sem precedentes (Donkin, 2003).

A utilização em grande escala da escravidão transforma radicalmente o conceito de trabalho vigente. Primeiramente, o indivíduo é dissociado dos resultados de seu esforço, tornando-se apenas um instrumento de produção. Outra mudança significativa diz respeito ao tempo dedicado ao trabalho. No contexto do homem livre, o tempo de trabalho é autogerido, enquanto para o escravo, todo o seu tempo é ocupado pela atividade laboral. O trabalho manual, que antes era realizado por camponeses, passa a ser dissociado da liberdade, tornando-se sinônimo de escravidão. O escravo é concedido apenas o descanso, que está diretamente ligado ao trabalho, servindo apenas para recuperar energia e ser novamente explorado em suas atividades.

Com a redução das guerras, que eram a principal fonte de recrutamento de mão de obra escrava, o sistema escravista entrou em decadência por volta do século II d.C. Gradualmente, começou a ser substituído por um modelo que se caracterizava principalmente pela intervenção dos governantes, mantendo, no entanto, a relação entre trabalho manual e liberdade inalterada (Rezende Filho, 1997). Essa dinâmica era especialmente evidente nas atividades agrícolas: o homem que cultivava a terra era teoricamente livre (por não ser escravo), mas permanecia vinculado à terra que trabalhava, sem possibilidade de abandoná-la.

Entretanto, durante a Idade Média (século V a XV), com a ascensão das religiões cristãs, surge uma valorização positiva do conceito de trabalho. O termo passa a ser entendido como um empenho físico ou intelectual direcionado a uma finalidade (Oliveira; Piccinini; Silveira, 2010). “O significado ativo e desejado para a realização de objetivos; até mesmo o objetivo alcançado passa a ser denominado trabalho. Trabalho é tanto o esforço quanto o seu resultado”

(Albornoz, 1994, p. 12). O trabalho se torna um fator que distingue os seres humanos dos animais, pois, além de ter a capacidade de trabalhar, o homem tem a liberdade de suspender essa atividade quando desejar, mesmo que isso vá contra suas necessidades. Isso ocorre porque o ato de trabalhar não está ligado ao instinto, mas sim ao livre arbítrio. No entanto, atividades cujo principal objetivo era o lucro eram consideradas proibidas (Oliveira; Piccinini; Silveira, 2010).

Observa-se uma mudança no significado do trabalho, que deixa de ser algo que aprisiona o homem (Abreu; Almeida, 2016). Segundo Battaglia (1951), durante o feudalismo, a religião ajudou a superar a dualidade da Antiguidade, afirmando a dignidade moral do trabalho livre. Assim, o trabalho, entendido como um empenho físico ou intelectual voltado para uma finalidade, emerge com o declínio das sociedades clássicas e o fortalecimento da Igreja Católica. Essa nova perspectiva se intensificou com o fim do feudalismo e o surgimento da era industrial, conferindo ao trabalho não apenas um propósito divino, mas também a capacidade de transformar a sociedade, além de promover o desenvolvimento pessoal e social (Oliveira; Piccinini; Silveira, 2010).

Anthony (1977) aponta que a Idade Média foi caracterizada por divergências na definição de trabalho, especialmente sob a influência da Igreja Católica, que provocou uma transição na compreensão clássica. Hesitava-se entre exaltar o trabalho ou vê-lo como uma punição. O fim da escravidão estabeleceu as condições materiais que cessaram a visão negativa do trabalho. Somente com o advento do livre contrato e a predominância do regime assalariado, que exigia induzir os trabalhadores, é que surge uma nova concepção capitalista, valorizando o trabalho e atribuindo-lhe centralidade.

Durante a Reforma Protestante (século XVI), houve uma mudança nos valores e comportamentos, destacando a importância de uma vida ativa centrada em uma profissão. O trabalho passou a ser valorizado como um meio de acumular riqueza, resultando em uma crescente demanda por produtividade. Com o avanço da economia mercantilista, o trabalho tornou-se ainda mais relevante, essencial para o processo econômico. Aqueles que não trabalhavam eram considerados parasitas, marginais ou inúteis.

“Na pós grande indústria não desaparece a subordinação material do trabalho ao capital. Ao contrário, se restabelece uma nova oposição entre o indivíduo e o processo material, o que implicaria considerar o surgimento de um novo estranhamento. A

subsunção real do trabalho ao capital assumiria um novo sentido - é a subordinação formal- intelectual (ou espiritual)”. (Enriquez, 1999, p. 71)

A transição do capitalismo mercantil para o industrial foi marcada pela Primeira Revolução Industrial, de 1760 a 1850. Nesse período, economistas clássicos como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill produziram diversos estudos que abordavam mudanças significativas na importância do dinheiro, do setor produtivo e dos fatores de produção. A valorização do trabalho continuou a crescer durante a era industrial, tornando-se um símbolo de liberdade para transformar a natureza e a sociedade (Oliveira; Piccinini; Silveira, 2010).

A partir desse momento, o trabalho adquiriu uma visão mais materialista. Com o aumento da produção, da venda de bens de consumo e da prestação de serviços remunerados, mais trabalhadores passaram a ter acesso a bens, o que lhes permitia melhorar sua condição social. Assim, a percepção do trabalho começou a se vincular à transformação das condições de vida (Abreu; Almeida, 2016).

No século XVIII, o avanço tecnológico, aliado à crescente demanda por produção, favoreceu a Inglaterra, já influenciada pelo pensamento protestante, criando um ambiente propício para o surgimento das fábricas. Esse contexto iniciava uma nova convenção sobre o trabalho e promovia a homogeneização das relações entre empregador e empregado. Marx (1978) argumenta que a chave do capitalismo reside na capacidade dos detentores dos meios de produção de gerar riqueza por meio da exploração da mão de obra e da supervalorização dos produtos. Em busca de maior produtividade e redução de custos, os grandes empregadores da época estabeleceram jornadas longas de trabalho e segmentaram o tempo e a linha de produção.

Marx (1978) destaca que, no capitalismo industrial, o tempo de trabalho se torna mais relevante do que o próprio trabalho. Isso significa que a mão de obra não vende mais apenas a sua força de trabalho, mas sim o seu tempo. Excluído dos meios de produção e sem domínio sobre o processo completo de fabricação, ao trabalhador resta oferecer sua força de trabalho, que é, por conseguinte, dividida e controlada para maximizar a produção. Assim, o tempo se transforma, segundo o autor, em uma verdadeira moeda de troca; enquanto o artesão é pago por cada peça ou trabalho concluído, o operário fabril recebe por suas horas de jornada. Essa primazia do tempo de trabalho como um recurso e a incessante busca por maior produtividade estão fundamentadas na lógica protestante, conforme revela Weber (2003).

Hassard (1996) elucida essa ênfase no trabalho e na crescente dedicação da seguinte maneira: “A análise do processo do trabalho oferece-nos uma imagem reificada do tempo: o

tempo é primeiramente aquele da produção; os outros tempos devem encontrar seu lugar de algum modo nas margens do processo de produção (Hassard, 1996, p. 181)”. Nesse contexto, podemos relacionar o trabalho autogerido, ou trabalho em Kairós, a uma atividade que liberta e enobrece a condição humana. Em contrapartida, o trabalho rigidamente controlado e determinado pelo tempo retira do indivíduo a essência que mais promove seu enobrecimento.

Esse é um ponto de vista comum quando discutimos o tema. No entanto, Marx (1978) faz uma distinção importante sobre o trabalho, dividindo-o em trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto não se relaciona apenas com a materialidade do produto final, mas com a criação de um produto que possui valor de uso — sua importância está na utilidade e na necessidade social que este trabalho atende, estabelecendo uma conexão entre quem produz e o que é produzido. Por outro lado, o trabalho abstrato é desvinculado de uma identificação direta do trabalhador com o produto; trata-se de um trabalho alienado que gera um produto cujo valor é de troca, ou seja, focado no valor de mercado em vez da utilidade.

No que diz respeito à sua representação no contexto social, destaca-se a possibilidade de cada indivíduo contribuir para o todo, interagir com o coletivo e sentir-se útil. Os trabalhadores reconhecem a importância de se verem como parte integrante da sociedade, especialmente porque essa interação lhes oferece a chance de alcançar um novo nível de crescimento. Assim, o trabalho permite que o trabalhador assuma novas responsabilidades e compromissos (Oliveira; Piccinini; Silveira, 2010).

O trabalho desempenha uma função social fundamental, integrando indivíduos e promovendo sua adaptação com o objetivo de construir algo útil. Além disso, possui um papel psicológico crucial, atuando como um fator simbólico que propicia a separação do eu e a delimitação da identidade (Clot, 2007). Trabalhar significa deixar de lado preocupações pessoais para se dedicar a uma trajetória que não é apenas a própria, permitindo ao indivíduo cumprir suas obrigações sociais. Essa atividade proporciona um sentido de utilidade na vida (Lhuillier, 2013).

A abordagem do trabalho, chamada de concepção marxista, surge como uma crítica às visões anteriores. Nessa perspectiva, o trabalho é visto como central na vida dos indivíduos e como uma forma de expressão e autoconstrução do sujeito. Essa concepção defende que o trabalho deve gerar a condição humana, ser expressivo, atender às necessidades individuais, ter um conteúdo criativo e desafiador, dignificar o trabalhador, e que seu controle deve ser coletivo e garantido pelo Estado. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho é frequentemente

caracterizado como mercadoria, alienante, explorador, que provoca humilhação, e caracterizado por repetição e monotonia, além de ser discriminador, brutal e exigir submissão (Borges, 1999).

Esse dualismo da finalidade do trabalho, que se relaciona tanto com a história pessoal quanto com o contexto social, pode ser compreendido como uma pluralidade de concepções que frequentemente aparecem conflitantes. Destacam-se os aspectos positivos do trabalho, que evidenciam sua contribuição essencial para a manutenção da vida e proporcionam oportunidades de autorrealização dentro do contexto social. Relacionado à invenção e à autonomia, o trabalho é a atividade por meio da qual o indivíduo se transforma ao transformar a natureza (Marx, 1996). Por outro lado, sua conotação negativa se associa à punição pelos pecados ou é vista como um espaço de alienação e submissão (Gorz, 1988).

Dessa forma, o trabalho perde sua essência libertadora, preservando seu caráter de controle e reduzindo-se apenas ao suprimento das necessidades. Além disso, sua organização é atravessada pela divisão social e técnica do trabalho, resultando na prevalência da dominação social (Lhuillier, 2013).

Na visão de Marx (1996), o trabalho, sob a perspectiva capitalista, estava reduzindo o trabalhador à condição de escravo e rebaixando toda a classe proletária a um status subalterno. Para ele, o trabalho deveria ser a máxima expressão da humanidade, tirando-o da ignorância e inserindo-o no universo cultural e nas riquezas. Com base nessas ideias, Marx advogou pela eliminação da divisão entre os proprietários dos meios de produção e os produtores (De Masi, 2001).

A percepção do trabalho como elemento integrador da sociedade é abordada tanto por autores de orientação positivista, como Durkheim (1999), quanto por perspectivas críticas, como Marx (1996). Essa relação confirma os valores tradicionais de uma sociedade fundamentada nos princípios do trabalho, visto como uma forma de emancipação, construção coletiva e fator integrador, além de ser um determinante das desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista. A reflexão contemporânea sobre o trabalho destaca sua importância como uma fonte fundamental para a vida social (Oliveira; Piccinini; Silveira, 2010).

A abordagem, conhecida como gerencialista, emerge durante a fase oligopolista do capitalismo e busca responder às críticas marxistas e a outros movimentos, como o anarquismo, na tentativa de mitigar as insatisfações populares, as quais se institucionalizam no sindicalismo. Essa abordagem é influenciada pela corrente keynesiano-fordista na economia, nas relações humanas na administração e pelos estudos que deram origem à psicologia organizacional (Borges, 1999, p. 84).

Baseada no capitalismo tradicional, essa concepção defende a estabilidade no emprego, programas de assistência e benefícios, promovendo as relações interpessoais e buscando suavizar os impactos negativos apontados pela crítica ao modelo capitalista tradicional (Borges, 1999).

A abordagem, chamada de centralidade expressiva, atribui uma alta importância ao trabalho. Esta concepção vê o trabalho como um processo multifacetado e instrumental, com um caráter expressivo e uma riqueza de conhecimento para alguns, mas que pode ser alienante para a maioria. Ela descreve o trabalho como discriminatório no contexto contemporâneo da economia e da periferia, caracterizando-o como sistêmico, instável, e com alta tecnologia nos setores centrais da economia, pautado por diferentes estilos de gestão e estruturas organizacionais. Além disso, também incorpora a visão marxista na descrição do trabalho (Borges, 1999).

A última abordagem se desenvolveu simultaneamente à quinta e se fundamenta nas críticas da economia radical, interligadas às influências neoliberais. Em comparação às concepções anteriores, essa ideia confere uma menor centralidade ao trabalho, mas o descreve de maneira semelhante, diferenciando-se em seus valores. Defende um trabalho instrumental, que seja igualitário, reconhecendo tanto aspectos positivos quanto negativos, propondo a diminuição dos níveis hierárquicos, um trabalho mais leve e instável, pautado na alta tecnologia e na redução da carga horária. Seu valor primordial é o prazer fora do trabalho, por meio do lazer e do consumo (Borges, 1999).

Ao longo de sua vida, o ser humano percebe o trabalho por meio de diversas concepções, influenciadas por suas experiências profissionais e pelo contexto social em que seus grupos de referência estão inseridos em cada fase da vida. Um dos períodos mais significativos nessa relação é a transição da juventude para a vida adulta. Nesse momento, ocorrem várias transformações, como mudanças biológicas, psicológicas e sociais, frequentemente acompanhadas de ritos de passagem. Assim, ao entrar no mercado de trabalho, o indivíduo se depara com diversos marcos simbólicos (Oliveira; Piccinini; Silveira, 2010). Esses marcos estão associados à representação social, onde determinadas particularidades — materiais ou não — adquirem significados distintos conforme a cultura do contexto social em que se encontram (Cavedon, 2005).

Segundo Duran (2006), as representações sociais buscam compreender a essência humana e sua maneira de pensar, configurando-se como uma forma de entendimento coletivo, que abrange saberes e ideias de indivíduos diferentes que pertencem a um grupo. Doise (2002)

ênfatisa que o propósito das representações sociais é conectar o sujeito ao seu grupo, promovendo uma dinâmica social que gera diversas representações, crenças, ideias e compreensões sobre fatos e fenômenos cotidianos.

Essas representações sociais são reconfiguradas ao serem transferidas de um contexto social para outro, podendo adquirir novos significados, às vezes distintos dos que possuíam em sua cultura de origem. Nesse sentido, é possível perceber que os costumes sociais desempenham um papel fundamental nas "reelaborações simbólicas", visando construir novas ações que resultam em representações diversificadas. A interação e constante reconfiguração das representações proporcionam tanto a estabilidade e o fortalecimento das identidades, quanto a possibilidade de contradições, a partir dos significados compartilhados, destacando a dinâmica do contexto social (Cavedon, 2005).

A realidade do trabalho é mentalmente compreendida e abstraída de maneira única por cada indivíduo (Borges, 1999). Assim, o ato de trabalhar é influenciado pela forma como ele é representado, pelos objetivos profissionais e pelo nível de engajamento pessoal em relação à percepção inicial que se tem. Essas representações se alinham com a realidade vivenciada, e as especificidades dos contextos impedem a concepção de um modelo único de práticas (Lhuillier, 2013).

O trabalho é fruto de uma construção coletiva e está intimamente ligado ao emprego formalizado. Seu significado está relacionado às condições em que os trabalhadores atuam. No contexto da cultura fordista, por exemplo, o trabalho era percebido como um mecanismo que regulava a troca de produtos e serviços, indo além de meramente atender necessidades econômicas. Ele se tornava um eixo central nas vidas de indivíduos, cidades e países (Blanch, 1990).

No aspecto coletivo, o trabalho envolve uma relação simbólica entre as pessoas, ultrapassando seu significado operacional. Colaborar exige a habilidade de cooperar com os outros, o que possibilita a criação de representações compartilhadas sobre determinadas situações e a maneira como serão abordadas. Fazer parte de um grupo social é um modo de validar práticas e assegurar o reconhecimento (Dejours, 1992).

Trabalhar proporciona acesso a um espaço social e envolve a troca com os outros. O princípio social da troca, que se articula no ciclo de dar e receber (Mauuss, 1950), se manifesta no ambiente de trabalho por meio da associação entre contribuição e retribuição. Essa relação não se resume apenas ao conteúdo do contrato de trabalho que une o empregado ao empregador, mas se estende à interação com todos os destinatários da atividade. Aquele que trabalha oferece

seu saber-fazer, experiência, habilidades e expertise, além de cultivar uma convivência que mantém a dinâmica do coletivo. Em contrapartida, recebe uma retribuição material e simbólica, que pode ou não corresponder às suas expectativas.

Dessa forma, o trabalho desempenha uma função social fundamental: ele conecta os indivíduos e demanda ajustes mútuos para a produção de algo útil. Além disso, exerce uma função psicológica crucial, sendo "o operador simbólico indispensável para a separação de si mesmo e a delimitação da identidade" (Clot, 1999). Trabalhar é liberar-se das preocupações pessoais para se engajar em uma narrativa que não é a sua, cumprindo assim obrigações sociais. Isso é o que evita que a pessoa se sinta inútil no mundo.

Com isso, quando o trabalho não oferece condições para que o sujeito se reconheça naquilo que faz, sua função simbólica e estruturante se enfraquece, podendo gerar sentimentos de inutilidade, sofrimento e desamparo. A perda desse vínculo significativo entre sujeito e atividade impacta diretamente a construção da identidade e o senso de pertencimento social. Esse cenário se agrava diante das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, especialmente com o avanço da precarização, tema que será explorado a seguir.

2.2 A evolução da precarização

O primado do trabalho e do emprego na esfera social é uma das principais conquistas da democracia no mundo ocidental capitalista. No entanto, desde as últimas décadas do século XX, tem-se observado um claro processo de desconstrução cultural das ideias sobre trabalho. Com a chegada da globalização e o apoio econômico e político do ideário neoliberal, o contrato de trabalho tradicional tem dado lugar à flexibilização das relações laborais. O desemprego estrutural e em grande escala é usado como justificativa para a retirada de garantias sociais que eram historicamente asseguradas aos trabalhadores. Isso abre caminho para a precarização das relações de trabalho, deixando os trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade social e individual (Roesler, 2014).

Embora tenha sido reconhecido historicamente, a busca pela sobrevivência por meio do trabalho informal se intensificou nas últimas décadas do século XX (Singer et al., 2000), especialmente na América Latina, onde a maioria dos novos empregos se concentrava no setor informal (Krein & Proni, 2010). Essa realidade foi ainda mais evidenciada pela crise econômica de 2008, que acelerou a precarização do trabalho, um processo que já se iniciava na década de

1970 com o aumento da terceirização (Antunes, 2018). Portanto, o processo de informalidade deve ser compreendido como uma série de formas de inserção de mão de obra excedente no mercado capitalista, resultantes das transformações que este promoveu (Cacciamali, 2000).

A precarização das condições de trabalho começou a se intensificar a partir dos anos 1970, como resultado de uma crise estrutural do sistema capitalista, que provocou grandes mudanças nas relações de trabalho e nas formas de organização produtiva (Mészáros, 2002). A fragmentação social e o aumento das desigualdades aprofundaram ainda mais esse processo, a ponto de a precarização se tornar um dos pilares das políticas neoliberais implementadas pelo Estado e pelo grande capital. Essa tentativa de manter o equilíbrio econômico tem efeitos diretos sobre as políticas de emprego, remuneração, qualificação profissional, comercialização e utilização da força de trabalho, além de estar relacionada à legislação trabalhista vigente (Delgado, 2006).

A precarização do trabalho se manifesta por meio da instabilidade e insegurança, da necessidade constante de adaptação, da fragmentação dos grupos de trabalhadores e da diminuição do aspecto social do trabalho. Gradualmente, essa nova realidade laboral se torna dominante, entrando em conflito com outras formas de trabalho e direitos sociais que ainda persistem e lutam por reconhecimento (Druck, 2011).

A mecanização do trabalho, iniciada com o taylorismo que trouxe uma nova organização fabril ao enfatizar o controle do tempo em cada tarefa e continuada pelo fordismo, que aperfeiçoou o sistema anterior ao implementar a linha de montagem, alterou radicalmente a dinâmica laboral. Essa evolução levou à perda progressiva do controle do trabalhador sobre o processo produtivo, uma vez que a divisão do trabalho imposta pelo modelo fabril criou uma separação acentuada entre a elaboração e a execução das tarefas (Navarro & Padilha, 2007). Como resultado, a percepção que o trabalhador tinha de sua função e de seu papel na sociedade foi enfraquecida.

No que se refere ao trabalho na atualidade, especialmente nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, a compreensão e a vivência do trabalho são amplamente influenciadas pelas diretrizes do pós-fordismo (ou toyotismo). Este paradigma se destaca pela produção descentralizada em pequenos lotes, promovendo a flexibilização através da automação e da adoção de diferentes tipos de contratos de trabalho, com o objetivo de elevar qualidade e produtividade, em contraste com a produção em massa de bens padronizados (Antunes, 2011).

Baseando-se em princípios como a acumulação flexível, a empresa enxuta, a implementação de programas de qualidade total e técnicas japonesas de gestão, além da introdução de esquemas de participação nos lucros e resultados, essa abordagem se ajustou fortemente às demandas do capital financeiro e ao ideário neoliberal. Como consequência, houve uma reestruturação produtiva que intensificou a flexibilização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora (Antunes, 2014).

O avanço do modelo neoliberal sobre o trabalho e as condições de reprodução da força de trabalho tem impulsionado a transformação da força de trabalho em uma mercadoria como qualquer outra, onde o mercado decide sua compra e venda conforme a lei da oferta e da procura, sem interferências externas ou extraeconômicas, distanciando-se da lógica que busca propiciar condições favoráveis para a reprodução social (Borges, 2016).

A ruptura do consenso em torno do pacto social entre capital e trabalho, observada em países com estados de bem-estar, ressalta a dificuldade de manter a solidariedade social em tempos de globalização e mudanças no perfil do trabalho. Estamos talvez diante de um período caracterizado pela retração econômica, crise política e o crescimento de governos conservadores, que propõem mudanças significativas nas políticas sociais, como a redução dos gastos públicos sociais, alterações no padrão de benefícios, a inclusão de mecanismos de copagamento e uma maior participação dos serviços privados (Lobato, 2016).

O mercado de trabalho tem passado por mudanças significativas, impulsionadas por fatores como volatilidade, globalização e aumento da competição, os quais têm favorecido os empregadores, além de contribuir para o enfraquecimento do poder dos sindicatos. Nesse cenário, o novo proletariado de serviços (Antunes, 2018) é formado por uma grande quantidade de trabalhadores que carecem de uma organização sindical robusta ou até mesmo de qualquer representação. Essa população é altamente fragmentada, intermitente e terceirizada, composta, em sua maioria, por imigrantes, pessoas negras e jovens sem muitas perspectivas de futuro. Eles realizam diversas funções essenciais para a geração de valor, mesmo que não estejam diretamente ligados à produção da mais-valia.

A precariedade é uma característica fundamental do trabalho assalariado no capitalismo, emergindo das relações sociais e econômicas que surgem desse modo de produção. Já a precarização refere-se ao processo de renovação e consolidação dessa precariedade, solidificando-a em leis, instituições, normas e regulamentos trabalhistas muitas vezes regressivos. Esse fenômeno tende a ocorrer após crises e como parte de reestruturações nos

processos produtivos e na organização do trabalho. É crucial diferenciar entre precariedade e precarização do trabalho, pois esses conceitos não são sinônimos (Valencia, 2016).

A precarização do trabalho refere-se à desconexão entre o trabalho e o direito de ter direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso à riqueza gerada socialmente (Valencia, 2016). De fato, a renda, a cidadania e a identidade estão cada vez mais atreladas ao emprego e às condições de valorização e reprodução do capital, sob a pressão imposta pela precariedade. Conforme Meliani (2011, p. 141), o conceito de precariedade remete à “inexistência de duração e solidez”, ou seja, àquilo que é descontínuo, breve, efêmero e fugidio. É a falta de segurança ou estabilidade que impede as pessoas de gozarem de direitos fundamentais, incluindo o direito à dignidade.

O termo "precariado" foi usado pela primeira vez pelos sociólogos franceses nos anos 1980, para descrever os trabalhadores temporários ou sazonais. Se referindo a um grupo socioeconômico distinto, que combina o adjetivo “precário” com o substantivo “proletariado”, formando um neologismo. Esse conceito é usado para descrever uma classe em formação, dentro do contexto de uma estrutura de classe global que se tornou mais fragmentada na era da globalização. O precariado se caracteriza por indivíduos que enfrentam insegurança e instabilidade no trabalho, refletindo a fragmentação das estruturas de classe e as crescentes desigualdades em um mercado de trabalho aberto e flexível. (Standing 2014).

O precariado não deve ser visto apenas como trabalhadores pobres ou com empregos incertos; envolve também a falta de uma identidade segura no trabalho e o controle sobre diversas dimensões do emprego. Apesar da precariedade estar relacionada à instabilidade, muitos trabalhadores de baixa renda podem estar construindo uma carreira, e o controle sobre o trabalho é um conceito mais complexo do que a supervisão tradicional sugere. (Standing 2014).

O precariado é caracterizado por uma vulnerabilidade que vai além da renda financeira, resultando na perda de benefícios comunitários e corporativos em contextos de rápida comercialização. Esses grupos enfrentam uma insegurança social maior do que aqueles com rendas mais baixas que ainda têm apoio comunitário. Além de carecer de garantias de emprego e benefícios, os integrantes do precariado não têm uma identidade ocupacional, ocupando cargos sem tradições ou normas éticas, o que acentua a alienação e a instrumentação em suas atividades. Essa falta de "sombra do futuro" leva a um comportamento oportunista, pois não se sentem parte de uma comunidade solidária e não têm perspectivas claras de estabilidade. Apesar

de alguns apreciarem a liberdade da falta de comprometimento, a maioria experimenta desconforto com sua insegurança e ausência de um futuro claro. (Standing 2014).

Apesar dos trabalhadores se inserirem em diversos contextos laborais, há uma coisa que os une no precariado: “todos eles compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro)” (Standing, 2014 p. 33). Segundo Costa e Tambellini (2009, p. 954), “os empregos precários já não resultam da ausência de crescimento econômico, mas são inerentes ao próprio modelo de crescimento”. Em diversos países em desenvolvimento, o trabalho precário não é apenas fruto de uma mudança incessante e quase mecânica de “segurança” para “flexibilidade”, mas também uma componente fundamental da estratégia de desenvolvimento promovida pelo Estado (Lee & Koffman, 2012).

É nesse cenário, marcado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais demandam também a desmantelação da legislação social protetora dos trabalhadores, considerando os direitos trabalhistas e a proteção social como barreiras à competitividade. A segurança social, a regulação do mercado de trabalho e a forte presença de sindicatos são identificadas como algumas das principais causas das dificuldades econômicas durante períodos de crise global (Kóvacs, 2003). No entanto, flexibilizar essa legislação social implica em aumentar as formas de precarização e rejeitar os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial na Inglaterra, especialmente após 1930, no contexto brasileiro (Antunes, 2011). A relação precária de trabalho dificulta a capacidade de organização da classe trabalhadora e, por meio da fragmentação, legitima o poder do capital sobre o trabalho (Costa & Tambellini, 2009).

Os diversos mecanismos de flexibilização do trabalho têm sido um importante recurso utilizado pelas empresas para contornar a legislação social trabalhista (Antunes, 2014). As formas precárias de trabalho e emprego, evidenciadas pela reestruturação do mercado de trabalho, o papel do Estado e sua (des)proteção social, as práticas gerencialistas de organização do trabalho e o enfraquecimento da força sindical estão indissociavelmente interligados (Druck, 2011) nessa dinâmica liberal de modernização do processo produtivo, voltada para acomodar os interesses do capital financeiro.

Um dos fatores que contribuíram para a precarização das relações de trabalho foi a Reforma Trabalhista, implementada pela lei 13.467/2017, essa lei, segundo seu preâmbulo, “altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, bem como as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de

trabalho” (BRASIL, 2017). Em termos práticos, essa lei representa um desmonte da legislação social e uma destruição dos direitos trabalhistas que foram conquistados pela classe trabalhadora ao longo do século XX, por meio de suas lutas e resistências. Antunes refere-se ao governo Temer como “o governo da destruição” e explica os motivos dessa caracterização.

[...] no seu conhecido documento inspirador, “Uma ponte para o futuro”, cujo abismo social resultante não para de se intensificar, está estampada a trípode destrutiva a ser implementada nos trópicos: privatizar o que ainda não o foi (destacando se o pré sal como vital); impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, em um período em que a classe trabalhadora tem apontados uma espada no coração e um punhal na costas, pelo flagelo do desemprego que não para de crescer; e, por fim, implementar a flexibilização total das relações de trabalho, primeiro com a aprovação da terceirização total (conforme consta do PLC 30/2015) e depois com a chamada Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) [...] (Antunes, 2018, p .299)

Essa lei modificou mais de 100 pontos da legislação vigente com o suposto objetivo de melhorar o mercado de trabalho brasileiro e gerar novos postos de trabalho. Essa transformação foi justificada pelo argumento de que a contratação estava se tornando muito onerosa para os empregadores. Embora tenha sido mencionada a necessidade de atualizar as regras da CLT, criada em 1943, não se considerou que essa legislação já havia passado por diversas revisões ao longo dos anos. Em 2017, o Senado aprovou a proposta da Reforma Trabalhista, formalizada pela Lei nº 13.467/2017, que promoveu alterações em 201 pontos da legislação trabalhista (Krein & Colombi, 2019).

Entre o final de 2014 e 2017, o Brasil registrou um aumento de 80% na taxa de desocupação e de 60% na taxa de subutilização da força de trabalho, além de um crescimento acelerado da informalidade no mercado de trabalho. Esses altos índices de desemprego e informalidade foram utilizados como justificativas para a aprovação da reforma trabalhista em 2017. Diante do alarmante panorama de desemprego, líderes empresariais passaram a defender a flexibilização das normas trabalhistas como uma forma de enfrentar essa questão. Assim, a desestruturação da legislação protetora do trabalho foi fundamentada na premissa de que a criação de empregos está ligada à diminuição dos custos laborais, em detrimento da própria dinâmica dos investimentos na economia (Mattei & Heinen, 2021).

Com a implementação da Lei 13.467/2017, a comunidade trabalhista passou por uma intensa mobilização: doutrinadores se posicionaram a favor ou contra as disposições da reforma, tribunais emitiram orientações e provimentos sobre a aplicação das novas regras, e juízes declararam que não aplicariam ou que aplicariam apenas parcialmente a nova legislação, por considerá-la contrária aos princípios do Direito do Trabalho (Martignago, 2019).

Os novos dispositivos introduzidos pela reforma trabalhista, na maior parte, infringem princípios consagrados na Constituição de 1988, que garantem a valorização do trabalho e a dignidade da pessoa humana. Além disso, desconsideram compromissos republicanos voltados para a melhoria das condições sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, para a erradicação da pobreza, para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que promova o bem de todos, sem qualquer forma de discriminação (Reis & Tavares, 2019).

Felten (2017) aponta que as medidas de flexibilização têm eficácia duvidosa no que diz respeito ao aumento do emprego e ao combate à informalidade, uma vez que o Direito, por si só, não transforma a realidade. A norma não produz resultados milagrosos. Esse fato é evidente nos anos seguintes à implementação da reforma trabalhista, dado seu fracasso em resolver a crise econômica e o desemprego. O que foi observado no mercado de trabalho brasileiro foi uma redução do mercado formal e um acirramento das desigualdades, já que a atividade econômica continuava em ritmo lento, os investimentos não se recuperaram e a informalidade seguia em alta (Krein & Colombi, 2019; Krein, Maracci & Freitas, 2019).

Antunes (2018) aponta que, nos últimos anos, a informalidade no Brasil tem crescido de maneira alarmante, manifestando-se de diversas formas, que vão desde a submissão a contratos temporários, ou seja, sem estabilidade empregatícia, até situações em que o trabalhador realiza suas atividades sem registro em carteira. Esse processo de informalidade é impulsionado pela quebra do vínculo de contratação formal, contribuindo para a prevalência de formas de trabalho desregulamentadas. O constante estado de informalidade, caracterizado por uma manutenção prolongada das relações laborais sem direitos, revela semelhanças com a precarização. Nesse contexto, compreendemos que a precarização do trabalho é um reflexo da flexibilização do mercado, que valoriza cada vez mais empregos flexíveis e enfraquece a oferta de postos de trabalho típicos e permanentes.

O mercado de trabalho no Brasil se estabelece e se organiza sob um elevado nível de precarização, o que leva os trabalhadores a aceitarem ofertas de emprego em qualquer condição. Essa realidade é exacerbada pelo alto índice de desemprego e pelas dificuldades de acesso ao

mercado formal de trabalho (Antunes, 2018; Barbosa, 2016). Ao tornar o trabalho ineficiente, inseguro e precário, o capital faz com que uma parte da força de trabalho se veja forçada a aceitar qualquer proposta, sem questionar a legalidade ou a justiça da oferta. Essa dinâmica configura um ciclo vicioso, em que os trabalhadores são evidentemente prejudicados, enquanto a riqueza e o capital se concentram cada vez mais nas mãos de poucos (Antunes, 2018).

Esse excesso de mão de obra, associado a outros fatores econômicos, gera uma precarização das relações de trabalho que se manifesta em várias dimensões, como salários baixos, jornadas longas, altos custos de vida, deslocamentos longos em meios de transporte inadequados e uma crescente favelização (Jorge, 2005). Nesse sentido, Pereira et al. (2017) afirmam que estamos vivendo na era da precarização, caracterizada pela intensa exploração dos trabalhadores, com o objetivo de romper a centralidade do trabalho e provocar o desgaste dos laços sociais. Para Wolff (2014), as políticas públicas atuais dos Estados nacionais são utilizadas de forma que a classe trabalhadora sustente a acumulação capitalista em escala global, reforçando o processo de precarização do trabalho. Já Druck (2016) argumenta que a nova precarização do trabalho é uma estratégia do capital para dominar a classe trabalhadora.

Nesse contexto, segundo Faria e Kremer (2004), o regime de acumulação flexível resultou na fragilização dos vínculos empregatícios através de um duplo processo: (a) inicialmente, com o surgimento de novas formas de relações de trabalho que oferecem poucos direitos trabalhistas, como o trabalho em tempo parcial e temporário, e a erosão dos vínculos tradicionais, agravada pela intensificação do trabalho e pela rotatividade da mão de obra, com respaldo nas dinâmicas políticas e jurídicas; (b) em seguida, pela ampliação do trabalho informal, que abriga o excedente de mão de obra. Assim, existe um contingente de trabalhadores sempre disponíveis para serem contratados como terceirizados, fora das empresas principais, com vínculos empregatícios frágeis e em um cenário de deterioração da qualidade dos postos de trabalho, aumentando o risco de acidentes e doenças ocupacionais.

De fato, a flexibilidade do capital e a globalização dos mercados, sustentadas pela falta ou insuficiência de proteções, regulações e garantias aos direitos socioeconômicos, contribuíram para a precarização do trabalho, mesmo em economias avançadas. Esses fatores geraram insegurança e instabilidade em nível macro no mercado de trabalho, devido à fragilidade das políticas de pleno emprego, à insegurança vinculada à debilidade dos sindicatos — destacando a inexistência do direito à greve em muitos países —, à falta de proteção contra acidentes de trabalho e doenças, e à insuficiência de medidas contra condições insalubres nos ambientes laborais (Braga, 2014; Valenzuela, 2015).

Além disso, as empresas que contratam serviços terceirizados se encontram em uma posição vantajosa, evitando responsabilidades que recaem sobre as prestadoras de serviço. Pereira et al. (2017) observam uma relação entre terceirização e assédio moral, considerando que os trabalhadores terceirizados, por sua vulnerabilidade, estão mais suscetíveis a constrangimentos devido à fragilidade de seus vínculos empregatícios.

Nesse contexto, a regulação do trabalho começou a ser transferida do âmbito social para o privado, o que resultou em um aumento da informalidade entre os trabalhadores, da desigualdade social e da desintegração das redes de proteção social voltadas para o trabalhador. Nesse cenário, a flexibilização se tornou uma característica marcante, permitindo a redução de empregos e aumentando a mobilidade da força de trabalho por meio da superação de controles institucionais. Suas principais modalidades de vínculo incluem o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, a terceirização e a suspensão temporária do contrato, levando a uma precarização geral do trabalho (D'Arisbo, Boff, Oltramani, & Salvagni, 2018; Faria & Kremer, 2004).

Singer et al. (2000) interpretam o excedente de mão de obra por meio de indicadores como o aumento do desemprego, estratégias de sobrevivência e condições de trabalho precárias. Com a escassez de novas oportunidades formais, muitos recorrem a trabalhos informais, que geralmente oferecem baixa produtividade e remunerações reduzidas, como a produção ou venda de itens de fácil execução e com pouca exigência de qualificação (Leone, 2010). Em outras palavras, ao não conseguir um emprego formal, essas pessoas estão dispostas a aceitar qualquer tipo de trabalho ou a criar seu próprio emprego por meio de atividades econômicas de pequena escala ou até mesmo marginais (Organização Mundial do Trabalho [OIT], 2014, p. 6).

A informalidade tem ganhado relevância nos últimos anos, tanto na academia quanto nas discussões sobre políticas públicas (Krein & Proni, 2010). Ela se manifesta, principalmente, por meio de fenômenos como a terceirização e a evasão fiscal (Cacciamali, 2000) e se apresenta como um processo de adaptação político-social à incapacidade do sistema capitalista de gerar empregos formais suficientes para absorver novos trabalhadores e pessoas desempregadas (Cacciamali, 2000; Singer, Jakobsen & Pochmann, 2000).

Paralelamente, observamos o surgimento de uma nova modalidade de trabalho. Na atualidade, a reestruturação do capitalismo traz à tona o crescimento do trabalho imaterial, que inclui serviços de transporte de mercadorias e alimentos realizados por *motoboys* e *bikeboys*. Essa forma de organização laboral se reflete na flexibilização do trabalho, reconfigurando as empresas e separando as responsabilidades econômicas e sociais da vida profissional, por meio

da difusão de uma ideologia dominante de automação e empreendedorismo, afastando os trabalhadores da lógica do proletariado tradicional (Tavares, 2002). Dessa forma, o debate contemporâneo está intrinsecamente ligado ao fenômeno do desemprego tecnológico-estrutural, resultado da reestruturação produtiva e da globalização (Antunes, 2018; Beltrão, 2010).

A expressão "uberização" é utilizada para descrever essa nova realidade de trabalho flexível, precarizado e sem proteção, que surgiu com a plataforma pioneira *Uber* (Gaia, 2018; Lima & Bridi, 2019). É importante destacar que essas condições se ampliam também para os trabalhadores que atuam nos aplicativos de entrega de alimentos. O fenômeno da "uberização" se baseia em um novo modelo de negócios, no qual o trabalhador é visto como um "empreendedor de si" e está vinculado a um aplicativo que conecta prestadores de serviços a consumidores, com uma empresa intermediando e retendo uma porcentagem do valor arrecadado (Lima & Bridi, 2019).

Como resultado, esses trabalhadores assumem todas as responsabilidades relacionadas à oferta do serviço, bem como os custos e os riscos envolvidos, além de enfrentarem a ausência de seguridade social (Gaia, 2018; Franco & Ferraz, 2019). Sendo assim, a informalidade representa um processo de mudanças estruturais que ocorre na sociedade e na economia, visando inserir mão de obra excedente na produção capitalista.

Esse fenômeno abrange dois aspectos principais: 1. A reconfiguração do trabalho assalariado não registrado nos órgãos de seguridade social, que frequentemente se disfarçam como contratações de trabalhadores autônomos, caracterizados pela vulnerabilidade, incluindo a ausência de renda fixa e proteção social. 2. O autoemprego e as estratégias de sobrevivência decorrentes da falta de oportunidades e qualidade. Ou seja, diante da dificuldade de acesso ao mercado formal, muitos optam por trabalhar por conta própria ou abrir microempresas (Cacciamali, 2000).

Dessa forma, o trabalho informal pode ser visto como uma tendência resultante da estrutura de acumulação flexível do capitalismo. Isso significa que os trabalhadores são deslocados do setor formal para o informal, enquanto a lógica de acumulação permanece intacta (Tavares, 2002). Contrapondo-se aos modelos teóricos organizacionais (Carvalho & Vieira, 2007), surge a ideia de desvio da responsabilidade organizacional, que confere uma autonomia subordinada ao colaborador.

Na década de 90, começou a ser discutida a noção de que a informalidade poderia ser uma escolha feita pelo trabalhador. Assim, "toda essa discussão em torno da informalidade,

entendida como uma decisão do trabalhador, introduz uma nova categoria: a segmentação, que não se encontrava nos textos clássicos sobre a informalidade como excedente estrutural" (Ramos, 2007, p. 127). Essa situação gera indicadores de estratégias de sobrevivência que não envolvem postos formais, além da opção de empreender e ter autonomia, evidenciando a dualidade entre a "preferência dos trabalhadores por formalidade ou informalidade, rigidez ou flexibilidade" (Beltrão, 2010, p. 4).

Assim, os trabalhadores são colocados como responsáveis por sua própria situação, afastando as empresas de qualquer responsabilidade, o que oculta a perda de direitos e benefícios sociais (Beltrão, 2010). Além disso, a subordinação nessa situação pode ser considerada implícita, uma vez que o trabalhador não faz parte da estrutura organizacional da empresa. Contudo, o controle invisível pode ser percebido na ideologia do empreendedor promovida pelas empresas (Carvalho & Vieira, 2007). Dessa forma, o empreendedorismo assume diferentes formas que se relacionam, de maneira "obscura", ao processo de informalização do trabalho e à transferência de riscos para o trabalhador. Este, embora permaneça em uma posição subordinada, é apresentado como empreendedor (Abílio, 2019).

A terceirização é definida como a “contratação de serviços profissionais externos para atender a necessidades específicas de negócios” (Stair & Raynolds, 2006, p. 49), permitindo que as empresas mantenham o foco nas atividades em que operam diretamente (Giosa, 1997). Segundo Gonsalves (2001), essa prática envolve a contratação de serviços por meio de uma empresa que atua como intermediária entre o contratante e o contratado. A terceirização surgiu nos Estados Unidos com o início da Segunda Guerra Mundial, em resposta à necessidade de produzir armamentos e à escassez de mão de obra (Petrin, 2015), tendo evoluído no contexto de reestruturação produtiva, como será discutido posteriormente.

O trabalho temporário, por sua vez, é uma solução para empresas que precisam complementar a força de trabalho de seus empregados “sempre em situações excepcionais de serviço, para atender a uma necessidade transitória de substituição de pessoal regular ou permanente (trabalhador efetivo)” (Pinto, 2004, p. 14). O desenvolvimento tecnológico trouxe, em sua essência, a promessa de aprimorar a qualidade de vida humana. No entanto, o que se observa atualmente é que essa promessa tem se transformado em um modelo de precarização do trabalho de maneira significativa.

Primeiramente, considero a economia de compartilhamento como “uma onda de novos negócios que utilizam a internet para conectar consumidores a provedores de serviços para

trocas no mundo físico, como aluguéis de curto prazo, transporte de passageiros e tarefas domésticas” (Slee, 2017, p. 21).

Valoriza-se a conveniência de consumir sem sair de casa e a qualidade das relações entre empresa e consumidor, mas frequentemente esquecemos de refletir sobre como se dá a relação entre empresa e trabalhador. A "uberização" é um fenômeno que se insere nesse contexto de economia de compartilhamento, mas possui particularidades que não estão presentes no conceito original. Em primeiro lugar, destaca-se a falta de distinção entre trabalhadores e gestores. Nesse sentido, motoristas da *Uber*, entregadores do *iFood* e anfitriões do *Airbnb* tendem a se ver como proprietários dos meios de produção. Nesse novo contexto de negociação, a flexibilização da legislação trabalhista deu origem a um novo perfil de trabalhador, chamado autônomo, que é ao mesmo tempo subordinado. Dessa forma, esses indivíduos são vistos como uma "massa de 'empreendedores', uma combinação de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo" (Antunes, 2018, p. 39).

As inovações tecnológicas e a desregulamentação têm contribuído para transformar os trabalhos em contextos mais informais, criando a ilusão de que o trabalhador possui autonomia apenas por não estar sob supervisão direta da empresa. O trabalhador em um ambiente tecnológico é monitorado constantemente, enfrentando obrigações relacionadas aos resultados, além de experimentar desassalariamento e precarização devido a um maior controle e exploração (Antunes, 2018; Tavares, 2002). A nova orientação na divisão do trabalho é marcada pela intensificação da precarização e informalidade, que se entrelaçam, resultando na introdução de trabalhos terceirizados e informais para um excedente de mão de obra. Assim, essa situação é considerada "uma tendência que está se desenvolvendo exponencialmente com o capitalismo, caracterizada pela ampliação das atividades produtivas imateriais" (Antunes, 2018, p. 52).

Nesse cenário, o trabalhador empresário deve arcar com os custos de seguridade e manutenção dos equipamentos necessários para seu trabalho, enquanto está sujeito a sanções, supervisão contínua e mecanismos de incentivo. O cerne dessa questão está em demonstrar que as relações de produção entre trabalhadores e empresas na economia de compartilhamento se sustentam por meio de taxas pagas para que esses profissionais continuem ativos. A ilusão de autonomia, como a ideia de ser seu próprio patrão, é desmascarada quando analisamos que esses trabalhadores precisam se adaptar às normas das empresas, o que os torna dependentes dos meios de produção, que, neste caso, são os aplicativos. Além disso, a supervisão e a gestão do trabalho ocorrem por meio da avaliação tanto do cliente quanto do trabalhador. Se um

trabalhador recebe notas baixas, seus ganhos diminuem e, no caso do *Uber*, ele pode ter menos corridas disponíveis, o que resulta em uma queda na sua renda (Fontes, 2017; Franco; Ferraz, 2019).

Nessa dinâmica, a subordinação é disfarçada por uma política neoliberal, onde o trabalhador possui "a liberdade de celebrar o contrato de trabalho na condição de 'parceiro' ou 'colaborador', ao mesmo tempo em que sua força de trabalho é dirigida e explorada por outros" (Gaia, 2018, p. 72). Para amenizar a precarização, informalidade e desemprego, é utilizado um novo vocabulário corporativo, que inclui termos como "colaboradores", "parceiros", "resiliência" e "responsabilidade social". Além disso, a introdução de tecnologias, junto à terceirização, possibilitou que as empresas controlassem os "colaboradores" sem a necessidade de mantê-los em seu quadro de funcionários (Antunes, 2018; Gaia, 2018).

Os novos mecanismos de controle implementados pelas empresas de tecnologia evidenciam a subordinação do trabalho. No entanto, diferentemente do que é garantido pela CLT, direitos como limites de jornada de trabalho e pagamento de remuneração mínima não são reconhecidos. Isso impacta diretamente a crescente precarização do trabalho informal em plataformas de aplicativos, assim como nos demais empregos formais e informais (Antunes, 2018). A supervisão do trabalho ocorre precisamente dessa maneira. Antes da economia de compartilhamento, ou seja, no contexto do trabalho formal, os trabalhadores eram monitorados pelos gestores. Agora, essa função é exercida pelos próprios clientes.

Além disso, nesse modelo de trabalho, não há uma clara separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer; esses dois aspectos se misturam e frequentemente se confundem. As empresas promovem a ideia de que "você pode ganhar um dinheiro extra no seu tempo livre", mas, na realidade, muitas vezes, esse "tempo livre" se torna o único momento de descanso disponível. Vale ressaltar que não é apenas o *Uber* que representa um novo modelo de negócios por meio de aplicativos; *motoboys* e *bikeboys* também estão entre aqueles que precisam de atenção em relação à precarização do trabalho (Antunes, 2018).

Essas transformações ocorrem em um contexto de letargia econômica, agravado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, em 2020. O número de autônomos e trabalhadores proletários tem crescido de forma constante; em 2018, a quantidade de pessoas atuando na entrega de alimentos por meio de aplicativos aumentou em 104,2% (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018). Durante a pandemia, a busca por empregos nas plataformas de aplicativos reflete a necessidade de sobrevivência diante do desemprego, o governo brasileiro adotou medidas de austeridade que flexibilizaram a CLT, como a MP nº 927/2020, que

autorizou teletrabalho, antecipação de férias e outras ações (BRASIL, 2020a). Posteriormente, a Lei nº 14.020/2020 permitiu a suspensão ou redução da jornada com redução salarial, gerando prejuízos às conquistas históricas dos trabalhadores.

Nesse sentido, Marx (2017, p. 273) afirma que “a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”. Tal disputa, que parecia mitigada pela proteção oferecida pela legislação trabalhista, reaparece com intensidade diante da crescente desregulamentação das atividades laborais, sobretudo nas novas formas de ocupação, como a uberização. Em contexto de crise sanitária, esse processo se agrava: a pandemia de Covid-19 passa a ser mobilizada como justificativa para flexibilizar direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

Marx (2017) descreve jornadas de até 18 horas nas fábricas do século XIX, realidade que se aproxima das longas jornadas atuais mediadas por aplicativos. Em contextos de crise, as políticas de austeridade recaem majoritariamente sobre a classe trabalhadora, com cortes em programas sociais e flexibilização da legislação trabalhista, enquanto medidas como a taxação de grandes fortunas permanecem fora da agenda neoliberal.

Em sentido oposto, o Governo Federal criou o Auxílio Emergencial, destinado a trabalhadores informais, autônomos, desempregados e MEIs, como forma de proteção durante a pandemia. Medidas semelhantes foram adotadas por países como Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Espanha (SALATI, 2020).

Enquanto parte da população pôde se resguardar por meio do teletrabalho, os trabalhadores de aplicativo continuaram expostos ao risco de contaminação pelo vírus. Nesse contexto, como afirmam Aquino, Pilate e Félix:

O trabalhador uberizado, caracterizado não como empregado, mas sim como empreendedor ou autônomo, carece dos direitos garantidos pelo vínculo empregatício, principalmente aqueles devidos por força da seguridade social, como benefícios previdenciários, como o auxílio-doença, que lhe garantiriam determinada estabilidade em face de eventual contaminação, podendo ainda ser privilegiados através da possibilidade da suspensão do contrato, com o efetivo pagamento através do empréstimo fornecido pelo governo federal para o custeio dos salários de empregados que tiveram que se ausentar do trabalho por terem contraído a COVID-19 ou por possuírem

comorbidades que importariam em risco de vida em caso de contaminação. Assim, ao trabalhador uberizado não há alternativas diante de um estado de pandemia. (AQUINO; PILATE; FÉLIX, 2020, p. 60).

Dessa forma, após a apresentação dos principais referenciais teóricos que sustentam esta pesquisa, torna-se necessário explicitar os procedimentos metodológicos adotados, os quais serão descritos no capítulo seguinte.

3. METODOLOGIA

É relevante destacar que, diante do crescimento das publicações acadêmicas nos últimos anos, surgem questionamentos acerca dos temas mais investigados, das abordagens metodológicas empregadas, das contribuições produzidas por tais pesquisas e, ainda, sobre o que vem sendo divulgado em torno de determinados objetos de estudo. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender quais aspectos e dimensões têm sido privilegiados em diferentes períodos e localidades, bem como em quais condições se desenvolvem dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos publicados em periódicos e trabalhos apresentados em congressos e seminários (FERREIRA, 2002).

Dessa forma, visando identificar e explicitar os caminhos trilhados pela ciência na tarefa de compreender criticamente temáticas como a terceirização e a precarização do trabalho, este estudo adotou procedimentos de caráter descritivo e inventariante, próprios das pesquisas classificadas como estado da arte ou estado do conhecimento.

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliométrica, conforme definição de Araújo (2006), ao concentrar-se na análise da produção científica relacionada ao tema da precarização do trabalho. Essa abordagem tem se mostrado relevante em investigações no campo das ciências sociais aplicadas, por permitir a identificação de novas temáticas emergentes e de tendências que orientam agendas de pesquisa futuras (Quevedo-Silva et al., 2016). Para a realização do levantamento bibliográfico, optou-se pela utilização da plataforma Scientific Periodicals Electronic Library (Spell), um repositório eletrônico voltado à disseminação de publicações científicas na área das ciências sociais aplicadas, com ênfase em administração, contabilidade, economia e áreas correlatas. A plataforma reúne periódicos qualificados, proporcionando uma base sólida e confiável para a análise sobre o fenômeno pesquisado.

O levantamento, realizado por pares, ocorreu entre os dias 08 e 09 de março de 2025, utilizando-se os descritores “precarização do trabalho”, “é exato”, “em qualquer campo”

e delimitou-se o ano de criação de 2015 a 2025, últimos dez anos. A seleção dos 22 artigos na plataforma Spell seguiu critérios rigorosos para garantir a relevância e a qualidade do *corpus* de análise. Inicialmente, a busca foi restrita a artigos científicos completos, excluindo resenhas, ensaios, anais de congressos e outras tipologias textuais.

Além disso, foi feita uma leitura preliminar dos resumos para verificar se o foco principal dos estudos estava diretamente relacionado ao fenômeno da precarização do trabalho. Essa etapa foi crucial para descartar artigos que mencionavam o termo de forma secundária ou em contextos que não se alinhavam aos objetivos da pesquisa. Após a identificação de um trabalho duplicado (uma versão anterior e a final), a versão mais completa foi mantida, consolidando o corpus em 21 artigos para a análise aprofundada. O Quadro 1 agrupa os artigos selecionados que compuseram o *corpus* analisado.

Tabela 1 - Estudos de precarização do trabalho na Spell

Artigos por ordem de relevância	Ano
O autoempreendedorismo num contexto de precarização do trabalho: uma análise dos fatores que influenciam os jovens a atuar na informalidade	2024
Mercado de Trabalho em Eventos: Reflexões sobre relações trabalhistas e precarização	2023
Reforma Trabalhista e Precarização do Trabalho segundo atores do direito do trabalho	2023
Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior em IES Privadas Brasileiras	2022
A Nova Precarização do Trabalho: um Mapa Conceitual	2022
Informalidade, Precarização e Flexibilização: Um retrato do trabalho dos entregadores por aplicativo no contexto pandêmico	2022
Precarização do trabalho e carreiras: panorama da produção acadêmica sobre a temática	2021
O Trabalho Docente Durante A Pandemia da Covid-19: Desamparo e Precarização no “Novo” Cotidiano dos Professores Universitários	2021

Precarização do trabalho no setor de eventos: um estudo inicial sobre os impactos para os trabalhadores e empresas	2021
Precarização ou trabalho decente: o mundo laboral em transformação	2021
E-economia e suas empresas-plataforma: modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo	2020
Precarização do Trabalho e Migração: Uma Revisão da Literatura Internacional	2020
A 'Reforma' Trabalhista Brasileira em Questão: Reflexões Contemporâneas em Contexto de Precarização Social do Trabalho	2020
"Precário não é, mas Eu Acho que é Escravo": Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização	2019
A criação dos Programas de Transferência de Renda e a Precarização do Trabalho no século XXI: A emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é possível?	2018
Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social	2017
Terceirização e Precarização do Trabalho: Levantamento Bibliométrico sobre os Caminhos Críticos da Produção Acadêmica em Administração	2016
Entre o alto desempenho e a precarização: uma análise sobre as configurações do trabalho na indústria automobilística	2015
Empreendedorismo e precarização do trabalho: o desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empreendedoras no estado de São Paulo	2015
A precarização do trabalho: um modo sócio-histórico da precariedade	2015
Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação	2005

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Dessa forma, a pesquisa busca mapear a produção existente e analisar os estudos acerca da precarização do trabalho a partir das pesquisas publicadas nos últimos 10 anos na plataforma SPELL. A seguir, na próxima seção, tem-se os resultados obtidos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise detalhada da produção acadêmica sobre a precarização do trabalho, com foco em quatro aspectos principais: a evolução anual das publicações, a quantidade de artigos publicados por autor, a distribuição dos autores segundo seus vínculos institucionais e as características metodológicas predominantes nos estudos selecionados e contribuição dos artigos. A partir desses indicadores, busca-se compreender o desenvolvimento e as tendências da pesquisa na área, bem como os perfis dos pesquisadores e as abordagens teóricas e metodológicas que fundamentam as investigações recentes sobre o tema.

4.1 Evolução Anual das Publicações

Buscou-se analisar a evolução temporal da produção científica sobre o tema, a partir da identificação do número de publicações por ano. Essa análise permite compreender como o interesse da comunidade acadêmica tem se desenvolvido ao longo do tempo, evidenciando momentos de maior ou menor atenção ao objeto de pesquisa.

A Tabela 2 abaixo apresenta a distribuição anual das publicações indexadas:

Tabela 2 - Evolução anual das publicações

Ano de Publicação	2005	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Quantidade	1	3	1	1	1	1	3	4	3	2	1
(%)	5%	14%	5%	5%	5%	5%	14%	19%	14%	10%	5%

A distribuição das publicações por ano revela um crescimento progressivo do interesse acadêmico pelo tema ao longo do tempo, ainda que de forma oscilante. Observa-se que, entre os anos de 2005 e 2014, não há registro de publicações, com exceção de um único artigo em 2005, representando 5% do total. A partir de 2015, há um aumento gradual na produção

científica, com destaque para os anos de 2020 (14%), 2021 (19%) e 2022 (14%), que concentram os maiores percentuais de publicações.

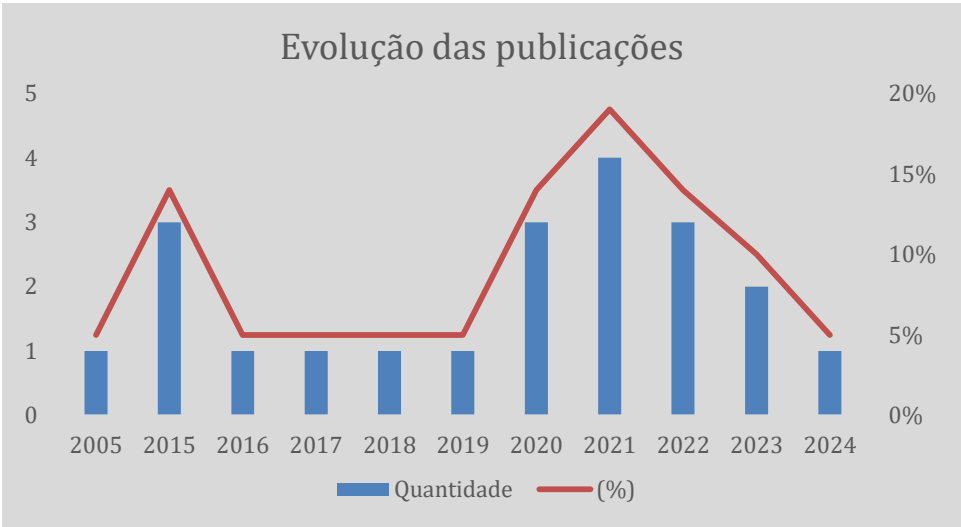


Gráfico 1 – Evolução anual das publicações

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 1 ilustra visualmente essa evolução anual das publicações, permitindo observar com maior clareza o comportamento das tendências ao longo do período. Assim como apresentado na Tabela 2, nota-se um crescimento mais expressivo a partir de 2020, seguido pelo pico em 2021. O gráfico evidencia também o caráter oscilante da produção científica, alternando anos de maior e menor quantidade de estudos, sem perda de continuidade na linha de pesquisa.

Além disso, a curva percentual reforça a concentração das publicações nos últimos cinco anos, período em que os debates sobre precarização, novas formas de trabalho e transformações sociolaborais ganharam maior destaque no campo acadêmico. Dessa forma, o gráfico complementa a análise numérica, oferecendo uma representação visual que facilita a compreensão da dinâmica temporal das publicações.

4.2 Artigos publicados por autor

Observa-se que o tema "Precarização do trabalho" tem sido explorado por uma variedade de autores, com destaque para a prevalência de estudos colaborativos que envolvem diversos pesquisadores. A análise da autoria e coautoria nos artigos é um elemento importante

em estudos bibliométricos, pois possibilita a identificação dos pesquisadores que têm exercido um papel central na produção científica dessa área específica. A tabela 3 a seguir, ilustra os pesquisadores, enfatizando a produção individual.

Tabela 3 - Autores e co-autores

AUTORES	INSTITUIÇÃO
Adriano Pereira de Castro Pacheco	Universidade Federal da Grande Dourados
Alane de Oliveira Barbosa	Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Alexandre Hochman Béhar	Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD-UFPE)
Ana Claudia Moreira Cardoso	Universidade de Brasília – UNB
Ana Heloísa da Costa Lemos	Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Andrieli de Fatima Paz Nunes	Universidade Federal de Santa Maria
Antonio Kremer	Universidade Federal do Paraná
Beatriz Leite Gustmann de Castro	Universidade Federal de Santa Maria
Bruna Oliveira Rosa	Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Catia Eli Gemelli	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Christian Kazuo Fuzyama	Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Darlane Amorim Vieira	Universidade Federal de Sergipe
Débora Coutinho Paschoal Dourado	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Denise Poiani Delboni	Fundação Getulio Vargas
Douglas Inacio Fragoso Ferreira	Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)
Edilene Vilas Boas Benevides Correa	Universidade de Brasília – UNB
Elaine Barbosa da Silva	Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
Élcio Gustavo Benini	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Eude do Amor Cornélio	Universidade Federal de Sergipe

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria	Universidade de Fortaleza
Fabio Emanuel Farago	Universidade Federal do Paraná
Fábio Melges	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fernanda Roda Cassundé	Universidade Federal do Vale do São Francisco
Gabrielle Ribeiro Rodrigues da Silva	Universidade de São Paulo – USP
Guilherme Primo Matias	Universidade Federal do Paraná
Hiago Trindade de Lira Silva	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Hilquias Kennedy Lima Assis	Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)
Janaína Machado Simões	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
José Henrique de Faria	Universidade Federal do Paraná
José Ricardo Costa Mendonça	Universidade Federal de Pernambuco
Karen Batista	Universidade Federal de Sergipe
Karolayne Ribeiro de Góes	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Liliane Canopf	Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Lisiane Closs	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lizandra Kelly de Araújo Santana	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Luís Henrique Rigato Vasconcellos	Fundação Getulio Vargas
Maralys Correia de Souza Cavalcanti	Universidade Federal de Sergipe
Marcela Costa Bifano de Oliveira	Universidade Federal de Juiz de Fora
Marcella de Oliveira Silva	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
Marcus Rodrigues Peixoto	Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Maria Angélica Maciel Costa	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
Maria Erica Ribeiro Pereira	Universidade Estadual do Ceará
Marley Rosana Melo de Araújo	Universidade Federal de Sergipe
Milka Alves Correia Barbosa	Universidade Federal de Alagoas
Moema Serpa de Souza	Universidade Estadual da Paraíba.
Mônica Mota Tassigny	Universidade Federal do Ceará

Natasha Bantim	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Pedro Henrique Reis Divino	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Pedro Luiz Maitan Filho	Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
Rejane Prevot	Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
Renato Cuenca	Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Robson Gomes André	Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
Rodilon Teixeira	Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rodrigo Cardoso da Silva	Instituto Federal de Brasília – IFB
Rosana Oliveira da Silva	Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
Rúbia Oliveira Corrêa	Universidade Federal de Sergipe
Sergio Dias Guimarães Junior	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Simone Souza Silva	Universidade Federal de Sergipe
Tania Cristina Costa Calarge	Universidade Federal da Grande Dourados
Vânia Medianeira Flores Costa	Universidade Federal de Santa Maria

Observa-se ainda que apenas um autor participa de mais de um artigo, sendo ele Christian Kazuo Fuzyama, o que indica uma diversidade de pesquisadores e uma produção relativamente descentralizada, com baixa repetição de autoria entre os trabalhos analisados.

A partir da identificação dos autores e de suas respectivas instituições (Tabela 3), torna-se possível observar como a produção científica sobre precarização do trabalho se distribui no território acadêmico brasileiro. O Gráfico 2 sintetiza esses vínculos institucionais, evidenciando que a PUC-Rio, a UFS e a UNIGRANRIO concentram o maior número de pesquisadores envolvidos nas publicações analisadas. Nota-se, entretanto, a presença de diversas universidades federais de diferentes regiões do país, o que confirma o caráter descentralizado da produção, apesar da baixa recorrência de autoria individual observada anteriormente.

4.3 Quantidade de autores por vínculo institucional

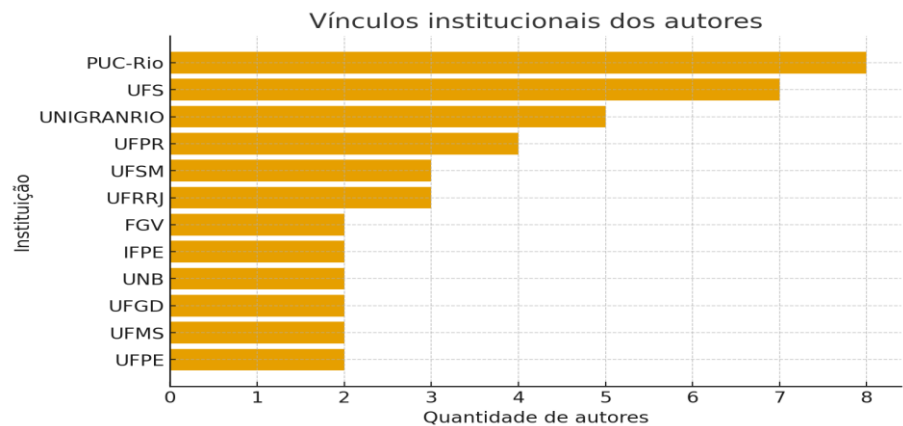


Gráfico 2 – Vínculos institucionais dos autores

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos dados referentes aos autores participantes da produção científica traz uma predominância de vínculos com instituições públicas, especialmente universidades federais. Como pode-se observar na tabela 4:

Tabela 4 - Vínculos de autores por instituição

Instituição de Vínculo	Quantidade de Autores
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	8
Universidade Federal de Sergipe	7
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO	5
Universidade Federal do Paraná	4
Universidade Federal de Santa Maria	3
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	3
Fundação Getulio Vargas	2
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)	2
Universidade de Brasília – UNB	2
Universidade Federal da Grande Dourados	2
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro.	2
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1

Instituto Federal de Brasília – IFB	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	1
Universidade de Fortaleza	1
Universidade de São Paulo – USP	1
Universidade Estadual da Paraíba.	1
Universidade Estadual do Ceará	1
Universidade Federal de Alagoas	1
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	1
Universidade Federal de Juiz de Fora	1
Universidade Federal de Pernambuco	1
Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD-UFPE)	1
Universidade Federal do Ceará	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
Universidade Federal do Vale do São Francisco	1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná.	1

Dos 59 autores identificados, a grande maioria estão ligados a instituições públicas, com destaque para a Universidade Federal de Sergipe (7 autores), Universidade Federal do Paraná (4 autores) e Universidade Federal de Pernambuco (4 autores, considerando diferentes departamentos). Embora menos representativas em número, algumas instituições privadas também se destacam, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que possui o maior número de autores entre todas as instituições analisadas (8 autores), e a Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), com 5 autores.

As demais instituições aparecem com 2 ou 1 autor vinculado, indicando uma dispersão significativa da produção entre diversas universidades. A presença de instituições como o IBGE e institutos federais de ensino técnico reforça a diversidade de atores envolvidos na produção acadêmica, embora com contribuição numérica mais modesta. De modo geral, os dados apontam para uma concentração da produção científica nas universidades públicas, especialmente federais, com participação pontual de instituições privadas de maior porte e prestígio.

4.4 Características metodológicas dos estudos

Para a compreensão das abordagens metodológicas predominantes nos estudos sobre a precarização do trabalho, foi realizada uma análise de 21 produções acadêmicas selecionadas. O levantamento permitiu identificar que a maioria dos estudos utiliza metodologias qualitativas e revisões bibliográficas. Especificamente, 11 trabalhos adotam revisão teórica, 7 são qualitativos, 2 quantitativos e apenas 1 apresenta abordagem mista (qualitativa e quantitativa).

Essa distribuição aponta para uma forte presença de investigações acadêmicas e voltadas à reflexão crítica e à análise interpretativa do fenômeno, com ênfase na experiência subjetiva dos trabalhadores e na construção conceitual da precarização. A baixa incidência de pesquisas quantitativas e de estudos com métodos integrados evidencia uma lacuna no campo, especialmente no que diz respeito à mensuração e à generalização dos impactos da precarização nas relações de trabalho. A categorização metodológica dos estudos analisados fornece suporte para contextualizar os caminhos adotados na literatura e orientar a escolha da abordagem utilizada nesta pesquisa.

Tabela 5 - Abordagens Metodológicas

PUBLICAÇÃO	METODOLOGIA
O autoempreendedorismo num contexto de precarização do trabalho: uma análise dos fatores que influenciam os jovens a atuar na informalidade	Qualitativa
Mercado de Trabalho em Eventos: Reflexões sobre relações trabalhistas e precarização	Qualitativa e Quantitativa
Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior em IES Privadas Brasileiras	Quantitativa
Reforma trabalhista e precarização do trabalho segundo atores do direito do trabalho.	Qualitativa
A Nova Precarização do Trabalho: um Mapa Conceitual	Revisão bibliográfica
Informalidade, precarização e flexibilização: um retrato do trabalho dos entregadores por aplicativo no contexto pandêmico	Qualitativa

Precarização do trabalho carreiras: Panorama da produção acadêmica sobre a temática	Revisão bibliográfica
O Trabalho Docente Durante A Pandemia da Covid-19: Desamparo e Precarização no “Novo” Cotidiano dos Professores Universitários	Qualitativa
Precarização do trabalho no setor de eventos: um estudo inicial sobre os impactos para os trabalhadores e empresas	Qualitativa
Precarização ou trabalho decente: o mundo laboral em transformação	Revisão bibliográfica
E-economia e suas empresas-plataforma: Modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo	Revisão bibliográfica
Precarização do Trabalho e Migração: Uma Revisão da Literatura Internacional	Revisão sistemática da literatura internacional
A 'Reforma' Trabalhista Brasileira em Questão: Reflexões Contemporâneas em Contexto de Precarização Social do Trabalho	Revisão bibliográfica
“Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização	Qualitativa
A criação dos Programas de Transferência de Renda e a Precarização do Trabalho no século XXI: A emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é possível?	Revisão bibliográfica qualitativa e Analítica
Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social	Revisão bibliográfica
Terceirização e Precarização do Trabalho: Levantamento Bibliométrico sobre os Caminhos Críticos da Produção Acadêmica em Administração	Revisão bibliográfica
Entre o alto desempenho e a precarização: uma análise sobre as configurações do trabalho na indústria automobilística	Revisão bibliográfica

Empreendedorismo e precarização do trabalho: O desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empreendedoras no estado de São Paulo	Quantitativa
A precarização do trabalho: um modo sócio-histórico da precariedade	Revisão bibliográfica
Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação	Revisão bibliográfica

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Diante do exposto, fica perceptível que a produção acadêmica sobre precarização do trabalho privilegia abordagens revisões bibliográficas e qualitativas. No entanto, a escassez de estudos quantitativos e mistos ressalta a necessidade de aprofundamento metodológico para ampliar a compreensão e a mensuração dos impactos da precarização. Esse panorama orienta e fundamenta a escolha metodológica adotada nesta pesquisa, que busca contribuir para o avanço do conhecimento na área, combinando rigor analítico e reflexões teóricas

4.5 Contribuições dos artigos

Buscou-se apresentar nesta seção as principais contribuições dos estudos analisados para o meio acadêmico, de acordo com os dados apresentados em cada artigo. Com isso, pode-se observar na Tabela 6 abaixo identificadas por artigo analisado nesta presente pesquisa:

Tabela 6 - Principais Contribuições

Artigo	Principais Contribuições
O autoempreendedorismo num contexto de precarização do trabalho: uma análise dos fatores que influenciam os jovens a atuar na informalidade	Mostra que jovens recorrem ao empreendedorismo informal por falta de emprego, influenciados por discursos de autonomia; aponta instabilidade e ausência de proteção social.
Mercado de Trabalho em Eventos: Reflexões sobre relações trabalhistas e precarização	Analisa relações trabalhistas no setor, destacando informalidade, sazonalidade e

	vulnerabilidade, agravadas por crises econômicas e sanitárias.
Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior em IES Privadas Brasileiras	Evidência intensificação, desvalorização e perda de autonomia docente, caracterizando precarização estrutural no ensino superior privado.
Reforma Trabalhista e Precarização do Trabalho segundo atores do direito do trabalho	Mostra que a reforma de 2017 ampliou a instabilidade e enfraqueceu a proteção sindical, segundo visão de especialistas.
A Nova Precarização do Trabalho: um Mapa Conceitual	Apresenta um mapa conceitual da precarização, destacando novas dinâmicas de exploração no trabalho digital.
Informalidade, Precarização e Flexibilização: Um retrato do trabalho dos entregadores por aplicativo no contexto pandêmico	Analisa condições precárias dos entregadores durante a pandemia: jornadas extensas, baixos rendimentos e ausência de direitos.
Precarização do trabalho e carreiras: panorama da produção acadêmica sobre a temática	Sistematiza a produção acadêmica sobre precarização e carreiras, apontando tendências e lacunas.
O Trabalho Docente Durante A Pandemia da Covid-19: Desamparo e Precarização no “Novo” Cotidiano dos Professores Universitários	Destaca a intensificação das atividades, falta de apoio institucional e desgaste emocional de professores universitários.
Precarização do trabalho no setor de eventos: um estudo inicial sobre os impactos para os trabalhadores e empresas	Mostra impactos econômicos e laborais para trabalhadores e empresas do setor durante a crise sanitária.
Precarização ou trabalho decente: o mundo laboral em transformação	Discute transformações no mundo do trabalho e a tensão entre garantia de direitos e precarização no serviço público.
E-economia e suas empresas-plataforma: modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo	Analisa o modus operandi das plataformas no turismo, mostrando transferência de riscos ao trabalhador e ausência de direitos.

Precarização do Trabalho e Migração: Uma Revisão da Literatura Internacional	Revisão da literatura internacional sobre migrantes em trabalhos precários; destaca vulnerabilidade e discriminação.
A 'Reforma' Trabalhista Brasileira em Questão: Reflexões Contemporâneas em Contexto de Precarização Social do Trabalho	Analisa efeitos da reforma de 2017, mostrando aumento da precarização e queda da proteção trabalhista.
“Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização	Discute precarização a partir de motoristas de aplicativo, apontando insegurança, instabilidade e ausência de direitos.
A criação dos Programas de Transferência de Renda e a Precarização do Trabalho no século XXI: A emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é possível?	Debate se programas de transferência de renda podem promover emancipação; aponta limites frente à precariedade estrutural.
Terceirização e Precarização do Trabalho: Levantamento Bibliométrico sobre os Caminhos Críticos da Produção Acadêmica em Administração	Relaciona terceirização a piores salários, menos benefícios, maior rotatividade e fragmentação sindical.
Terceirização e Precarização do Trabalho: Levantamento Bibliométrico sobre os Caminhos Críticos da Produção Acadêmica em Administração	Mostra que os terceirizados em universidades sofrem invisibilidade, instabilidade e desvalorização.
Entre o alto desempenho e a precarização: uma análise sobre as configurações do trabalho na indústria automobilística	Analisa produção enxuta e metas agressivas, mostrando sobrecarga, adoecimento e insegurança.
Empreendedorismo e precarização do trabalho: o desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empreendedoras no estado de São Paulo	Critica o discurso institucional que naturaliza a precariedade, incentivando empreendedorismo como solução individual.
A precarização do trabalho: um modo sócio-histórico da precariedade	Propõe conceito ampliado de precarização, abrangendo vulnerabilidade em vínculos formais e informais.

Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação	Mostra que mudanças produtivas geram intensificação, informalidade e redução de direitos.
Fonte:	Elaborado pela autora (2025)

A análise da literatura evidencia que a precarização do trabalho no Brasil revela que práticas de gestão orientadas para alto desempenho e produtividade, tanto na indústria quanto nos serviços, promovem intensificação das jornadas, pressão por metas e perda de autonomia, gerando adoecimento e insegurança profissional, mesmo em vínculos estáveis.

No campo da docência, em especial no ensino superior privado e na educação básica pública, a precarização se manifesta por meio de contratos temporários, sobrecarga de funções, desvalorização e ausência de políticas de valorização, comprometendo a qualidade do ensino. Pesquisas sobre o setor público desmontam a ideia de estabilidade universal, ao evidenciar terceirizações, vínculos precários, programas de trabalho voluntário e carência de recursos, que fragilizam direitos e a identidade profissional.

A literatura também aponta para novas formas de precarização associadas à economia digital e ao autoempreendedorismo, marcadas por controle algorítmico, ausência de proteção social, rendimentos instáveis e pela naturalização da instabilidade via discursos de autonomia e sucesso individual, especialmente entre jovens. Questões de desigualdade atravessam o fenômeno, atingindo de modo mais severo mulheres, negros, migrantes e jovens, cujas condições de vulnerabilidade ampliam a exploração e a exclusão social.

Reformas legais recentes, como a Reforma Trabalhista de 2017, são indicadas como catalisadoras da precarização, ao flexibilizar direitos e enfraquecer a proteção sindical. Além disso, diversos autores destacam que a precarização transcende aspectos objetivos, incorporando dimensões subjetivas e simbólicas, como sentimento de insegurança, desrespeito e desvalorização, que impactam a identidade e a saúde mental do trabalhador. Em conjunto, esses estudos demonstram que a precarização é elemento constitutivo do atual modelo de acumulação capitalista, sustentada por políticas neoliberais, transformações produtivas e discursos legitimadores que deslocam a responsabilidade das condições de trabalho para o indivíduo.

Diante disto, a análise da literatura evidencia que a precarização do trabalho impacta diretamente as práticas de gestão e a administração organizacional em diversos setores. As

contribuições apontam para a necessidade de repensar modelos administrativos que conciliem a busca por eficiência produtiva com a promoção do bem-estar, da valorização e da segurança dos trabalhadores, especialmente diante dos processos de terceirização, da economia digital e das recentes reformas trabalhistas.

Para o campo da Administração, esses estudos reforçam a importância de desenvolver políticas e estratégias que promovam ambientes organizacionais inclusivos, justos e sustentáveis, considerando também as dimensões subjetivas da precarização, como a insegurança e a desvalorização dos profissionais.

4.6 Estudos Futuros

Com o intuito de compreender as lacunas identificadas na literatura e os caminhos indicados pelos próprios pesquisadores, esta seção reúne e analisa as sugestões de estudos futuros extraídas dos artigos selecionados, sendo observado na Tabela 7:

Tabela 7 - Sugestões de Pesquisa Futuras

Autores	Sugestão de pesquisa futura
Vieira et al (2024)	Pesquisas que ampliem o entendimento sobre a realidade desses trabalhadores e promovam ações públicas para fortalecer e manter seus negócios devem ser incentivadas.
Correa, da Silva e Silva (2023)	Sugere-se que futuras pesquisas abordem temas como os motivadores para atuação dos MEIs no setor, a relação entre salário médio anual e horas trabalhadas, a participação de MEIs, terceirizados e informais, a composição de capital privado e público, além dos investimentos e políticas públicas que apoiem o desenvolvimento do setor.
Gemelli e Closs (2022)	Sugere-se estudar a precarização de professores substitutos em IES públicas, adaptar a EPTDESP para esse contexto e analisar os impactos das

	ações afirmativas para a população negra, além de investigar outros marcadores sociais de diferença.
Araújo et al (2023)	Pesquisas são necessárias para investigar como a fragilização da regulamentação trabalhista afeta o trabalho e os direitos dos trabalhadores no Brasil.
Melges et al (2022)	Não há sugestão de propostas de estudos futuros.
Ferreira et al (2022)	Sugere-se explorar novas abordagens de coleta para analisar as transformações sociais provocadas pelo trabalho por aplicativo e pela pandemia de Covid-19.
Teixeira, Lemos e Fuzyama (2021)	Recomenda-se novos estudos sobre carreiras de profissionais com menor qualificação, visando dar visibilidade a trabalhadores de classes populares, cuja importância tem sido pouco explorada na academia, apesar de representarem grande parte dos empregos gerados no Brasil na década de 2000.
Fuzyama et al (2021)	Pesquisas futuras poderão investigar docentes da rede pública e seus principais contrastes e aproximações, outra possibilidade é a investigação do processo de trabalho no contexto pandêmico de professores do ensino infantil, fundamental e médio, bem como de cursos preparatórios.
Silva, Bantim e Costa (2021)	Mais investigações que tenha por foco entender as relações de trabalho no setor de eventos
Castro ET AL (2021)	Para trabalhos futuros, recomenda-se a continuidade das pesquisas sobre o tema, com aplicação de análises empíricas e uso de diferentes técnicas de coleta de dados.

Cardoso e Oliveira (2020)	Sugere-se que futuras pesquisas investiguem os impactos das plataformas digitais no setor de turismo, especialmente aplicativos de economia compartilhada no transporte interurbano, como Blablacar, Buser e Levebus.
Matias, da Silva e Farago (2020)	Sugere-se aprofundar estudos sobre trabalho precário e migração, explorando fatores como flexibilização trabalhista e exploração, por meio de abordagens teóricas variadas e métodos qualitativos e quantitativos para análises mais completas.
Junior e da Silva (2020)	Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a análise dos efeitos da Reforma Trabalhista em diversos contextos e com diferentes grupos de trabalhadores, incluindo além dos terceirizados e temporários, outros tipos de vínculos empregatícios, para melhor compreender a precarização do trabalho na contemporaneidade.
André, da Silva e Nascimento (2019)	Sugere-se ampliar pesquisas sobre o trabalho em plataformas, visando aprofundar o entendimento da precarização no trabalho moderno e suas consequências sociais.
Santana e Dourado (2018)	Evidenciam a pertinência de estudos que analisem o tema de modo mais aprofundado.
Pereira, Tassigny e Bizarria (2017)	Novos estudos podem contribuir para identificar formas de romper com a precarização do trabalho na Assistência Social e para mapear estratégias coletivas eficazes, promovendo debates que elucidem ou questionem esses desafios.
Cassundé, Barbosa e Mendonça (2016)	Futuras pesquisas devem focar na análise das práticas opressivas nas organizações, adotando uma abordagem crítica que considere o contexto socioeconômico em transformação. Além disso, é essencial revisar continuamente os indicadores de produção acadêmica para orientar

	investigações que fortaleçam o desenvolvimento crítico na área da Administração.
Filho e Simões (2015)	Embora não apresente propostas explícitas para pesquisas futuras, o texto indica a necessidade de aprofundar o debate sobre a atuação das centrais sindicais e a melhoria das condições de trabalho e saúde dos operários, apontando caminhos para estudos futuros nessas áreas.
Vasconcello e Delboni (2015)	Recomenda-se a realização de pesquisas que não limitem o recorte por gênero e que analisem a variação do grau de precariedade entre setores econômicos, tempo de existência dos negócios, localização das empresas e número de empregados
Góes e de Souza (2015)	Embora não apresente propostas explícitas para pesquisas futuras, o texto indica a necessidade de aprofundar a análise das relações de trabalho contemporâneas.
Kremer e de Faria (2005)	O texto não disponibiliza nenhuma proposta para estudos futuros.

A análise das sugestões de pesquisas futuras presentes nos estudos selecionados aponta para um aprofundamento teórico e empírico, com enfoque em diferentes categorias de trabalhadores, contextos setoriais e aspectos estruturais relacionados à informalidade, terceirização, trabalho por plataformas e políticas públicas.

Uma tendência significativa observada refere-se à ampliação do olhar sobre trabalhadores invisibilizados pelas pesquisas tradicionais, como os profissionais com baixa qualificação (Teixeira, Lemos e Fuzyama, 2021), migrantes (Matias, da Silva e Farago, 2020), docentes temporários (Gemelli e Closs, 2022) e trabalhadores do setor de eventos (Silva, Bantim e Costa, 2021). Além disso, há um apelo por estudos que investiguem os impactos das transformações recentes, como a pandemia de COVID-19 (Ferreira *et al.*, 2022; Fuzyama *et al.*, 2021), e reformas estruturais, como a Reforma Trabalhista (Junior e da Silva, 2020), que contribuíram para a intensificação da precarização.

Outro eixo recorrente é a chamada por abordagens interdisciplinares e metodologicamente diversificadas, que possam dar conta da complexidade do fenômeno. Alguns autores sugerem a adoção de métodos como etnografia, histórias de vida e técnicas mistas (Matias, da Silva e Farago, 2020), a fim de explorar com profundidade os sentidos atribuídos pelos trabalhadores à sua experiência laborativa. A articulação entre marcadores sociais da diferença — como raça, gênero e classe — também se mostra um ponto de interesse emergente, como evidenciado nas propostas de Gemelli e Closs (2022).

Adicionalmente, os autores demonstram preocupação com a necessidade de análises setoriais específicas, como nas pesquisas voltadas para o setor do turismo (Cardoso e Oliveira, 2020), da assistência social (Pereira, Tassigny e Bizarria, 2017), do ensino (Fuzyama *et al.*, 2021), e dos microempreendedores individuais (Correa, da Silva e Silva, 2023; Vieira *et al.*, 2024). Isso revela uma compreensão de que a precarização assume contornos distintos conforme o contexto organizacional e socioeconômico.

Por fim, ainda que alguns trabalhos não tragam explicitamente sugestões para futuras investigações, como Filho e Simões (2015), Góes e de Souza (2015) e Kremer e de Faria (2005), seus apontamentos e críticas sinalizam demandas latentes por estudos mais aprofundados, sobretudo no que diz respeito às relações de poder, organização sindical e saúde dos trabalhadores. Assim, observa-se um campo em expansão, que demanda constante atualização e aprofundamento teórico-metodológico para compreender os múltiplos desdobramentos da precarização no mundo do trabalho contemporâneo.

DISCUSSÃO

Os achados desta investigação bibliométrica permitem compreender a precarização do trabalho como um fenômeno em constante expansão, diretamente vinculado às transformações recentes que configuram as relações de trabalho. Constatou-se um crescimento expressivo das publicações sobre o tema nos últimos dez anos, evidenciando sua relevância científica e social. Tal movimento dialoga com as reflexões de Antunes (2018) e Druck (2011), que ressaltam a centralidade da precarização no capitalismo contemporâneo. Esse avanço também evidencia a importância da produção acadêmica em acompanhar as mudanças estruturais decorrentes da globalização, da reestruturação produtiva e das reformas trabalhistas mais recentes.

Outro aspecto identificado foi a predominância de metodologias qualitativas, muitas vezes baseadas em revisões bibliográficas ou estudos de caso. Esse resultado converge com a

necessidade de compreender a precarização em suas dimensões subjetivas e sociais, tal como aponta Dejours (1990) e Lhuilier (2013), ao enfatizar que o trabalho precário não impacta apenas a renda, mas também a identidade e a saúde psíquica dos trabalhadores. Contudo, o predomínio de análises qualitativas também revela uma lacuna a ser explorada por abordagens quantitativas ou mistas, que poderiam oferecer diagnósticos mais amplos sobre os efeitos socioeconômicos da precarização.

Verificou-se ainda que a produção acadêmica está fortemente concentrada em universidades públicas federais, o que reforça seu papel como polos de reflexão crítica e socialmente comprometida (Castel, 1998; Antunes, 2011). A baixa participação de instituições privadas pode estar relacionada a um menor investimento em pesquisa e a uma orientação mais voltada ao ensino do que à investigação científica.

Quanto às temáticas centrais, destacaram-se estudos voltados para informalidade, terceirização e uberização, convergindo com análises de Antunes (2018) e Braga (2014), que descrevem tais fenômenos como expressões da acumulação flexível e do avanço neoliberal. Também emergiram análises sobre impactos sociais e subjetivos da precarização, os quais dialogam com autores como Clot (2007) e Dejours (1990), ao evidenciar que a perda de vínculos estáveis compromete tanto o bem-estar psíquico quanto o sentimento de pertencimento social. Além disso, observou-se nas pesquisas que a precarização se elevou após à Reforma Trabalhista de 2017, confirmando o diagnóstico de Krein e Colombi (2019) e de Antunes (2018) sobre a fragilização dos direitos trabalhistas e a ampliação da instabilidade nas relações de emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a produção acadêmica sobre a precarização do trabalho a partir de artigos publicados na base SPELL entre 2015 e 2025, buscando identificar abordagens teóricas, metodologias predominantes e lacunas para futuras pesquisas. A pesquisa bibliométrica realizada permitiu constatar que o tema tem despertado crescente interesse científico, refletindo as transformações recentes do mundo do trabalho, marcadas pela flexibilização, pela expansão da economia de plataformas, pela informalidade e pelas alterações na legislação trabalhista brasileira.

Os resultados evidenciaram a predominância de metodologias qualitativas e de revisões bibliográficas, além da concentração da produção em universidades públicas federais. Essa

constatação reforça o papel central dessas instituições como polos de reflexão crítica, ainda que a baixa participação de instituições privadas revele limitações na diversidade de perspectivas. Também se destacou a ênfase em três eixos centrais de análise: a informalidade e a terceirização, a uberização e a economia digital, e os impactos das reformas trabalhistas.

Ao mesmo tempo, a análise revelou importantes lacunas, como a escassez de pesquisas sobre categorias sociais vulneráveis e a pouca utilização de métodos quantitativos ou mistos, capazes de oferecer diagnósticos mais abrangentes. Tais lacunas abrem espaço para o desenvolvimento de novas agendas de pesquisa que ampliem e aprofundem a compreensão da precarização em diferentes contextos.

A principal contribuição deste trabalho reside em oferecer um mapeamento atualizado da produção acadêmica nacional sobre a precarização do trabalho, fornecendo subsídios tanto para o campo da Administração, ao destacar os desafios éticos e sociais da gestão organizacional contemporânea, quanto para a sociedade, ao reforçar a necessidade de políticas públicas que assegurem condições dignas de trabalho e proteção social.

Por fim, reconhece-se que este estudo possui limitações inerentes a pesquisas bibliométricas, especialmente por restringir-se a uma única base de dados. Ainda assim, acredita-se que os resultados apresentados contribuem para ampliar a visibilidade do tema e apontar caminhos para novas investigações, em um contexto em que a precarização se consolida como fenômeno central e desafiador no mundo do trabalho contemporâneo.

Diante do exposto, esta pesquisa bibliométrica não só mapeou a produção acadêmica recente sobre precarização do trabalho, mas também evidenciou os inúmeros desafios e oportunidades para futuras investigações. A análise revelou a necessidade premente de ampliar o foco para categorias de trabalhadores tradicionalmente invisibilizadas, como os profissionais com baixa qualificação, os migrantes, os docentes temporários e os trabalhadores da economia de plataformas digitais, cuja precariedade demanda atenção especial.

Além disso, tornou-se evidente o impacto significativo das reformas trabalhistas recentes, especialmente a Reforma de 2017, na intensificação das condições precárias, o que reforça a urgência de estudos que aprofundem os efeitos dessas políticas sobre diferentes grupos sociais e setores econômicos.

A pesquisa também destacou a importância da incorporação de metodologias diversificadas e interdisciplinares, que possam capturar as múltiplas dimensões da precarização, incluindo aspectos sociais, econômicos, culturais e psicológicos. Essa abordagem integrada é fundamental para compreender a complexidade do fenômeno, possibilitando diagnósticos mais

robustos e a proposição de intervenções efetivas. Além disso, enfatiza-se a necessidade de incorporar análises quantitativas e mistas que possam complementar o conhecimento derivado de estudos qualitativos, fortalecendo a base empírica para decisões de gestão e políticas públicas.

Por fim, espera-se que este estudo sirva de base e inspiração para novos trabalhos que, além de ampliar o conhecimento acadêmico, possam contribuir para o desenvolvimento de estratégias organizacionais e políticas públicas mais justas e eficazes. Essas estratégias devem visar a mitigação dos impactos da precarização, promovendo a valorização integral do trabalhador, a garantia de seus direitos e a construção de ambientes de trabalho mais inclusivos, seguros e dignos.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Luiz Carlos. **Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. Psicoperspectivas, v.18 n.3, p 41-51, 2019.

ABREU, Vera Nunes; ALMEIDA, Vanessa Helena. **Trabalho, tempo livre, lazer e ócio: da antiguidade aos tempos atuais**. Revista Espaço Acadêmico, [S. l.], v. 16, n. 187, p. 121-132, 2016.

ALBORNOZ, Sergio. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANDRÉ, Robson Gomes; SILVA, Rosana Oliveira da; NASCIMENTO, Rejane Prevot. **“Precário não é, mas eu acho que é escravo”: análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 7–34, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21529/recadm.2019001>.

ANTHONY, Philip David. **The ideology of work**. London: Tavistock Publications, 1977.

ANTUNES, Maria Helena. **Entre “o mito do pijama” e “o projeto de ser feliz”: as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ANTUNES, Maria Helena; SOARES, Denise Helena Pereira; SILVA, Natália. **Aposentadoria e contexto familiar: um estudo sobre as orientações teóricas da produção científica**. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, [S. l.], v. 3, p. 45-56, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/16967>.

ANTUNES, Maria Helena; SOARES, Denise Helena Pereira; SILVA, Natália. **Orientação para aposentadoria nas organizações: Histórico, gestão de pessoas e indicadores para uma possível associação com a gestão do conhecimento.** Perspectivas em Gestão & Conhecimento, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 43-63, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19114>.

ANTUNES, Ricardo. **os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serviço Social e Sociedade, n 107, p.405-19, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Perdizes: Cortez Editora, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo, & Alves, Gilmar. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc., v. 25, n. 87, p.335-351.2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

AQUINO, João Victor Maciel de Almeida; PILATE, Fabiano Diniz de Queiroz; FÉLIX, Ynes da Silva. **Uberização do trabalho e os riscos à saúde dos entregadores por aplicativo frente à pandemia da Covid-19.** Revista Direitos, Trabalho e Política Social, Cuiabá, v. 6, n. 11, p. 46-69, jul./dez. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: **evolução histórica e questões atuais.** Em questão, v. 12, n. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645954002.pdf>.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; DIVINO, Pedro Henrique Reis; SILVA, Simone Souza; BATISTA, Karen. **Reforma trabalhista e precarização do trabalho segundo atores do Direito do Trabalho.** Revista Farol, Belo Horizonte, v. 10, n. 27, abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25113/farol.v10i27.6910>.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. **Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2017, vol. 20, n. 1, p. 1-13. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13.

BARBOSA, Ana Débora Fernandes . **O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração**. Estudos Avançados, v.30, n. 87, 2016.

BATTAGLIA, Franco. **Filosofia del lavoro**. Bologna: Zuffi, 1951.

BELTRÃO, Maria Andrade . **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais (Tese de doutorado)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BILLIARD, Isabelle. **Le travail: un concept inachevé**. Éducation permanente, 116, p. 19-32, 1993

BLANCH, José María. **Del viejo al nuevo paro: un análisis psicológico y social**. Barcelona: PPU, 1990

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>.

BORGES, Ângela . **Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção**. Cadernos do CEAS, 239, 713-741, 2016.

BORGES, Luiz Otávio. **A estrutura fatorial dos atributos valorativos e descritivos: um estudo empírico de aperfeiçoamento e validação de um questionário**. Estudos de Psicologia, v. 4, n. 1, p. 107 139, 1999.

BORGES, Luiz Otávio. **O significado do trabalho e a socialização organizacional: um estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercados**. 1998. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

BRAGA, Rafael. **Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 103, 25-52, 2014. doi:10.4000/rccs.5532

CACCIAMALI, Maria Claudia. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; OLIVEIRA, Marcela Costa Bifano de. E-economia e suas empresas-plataforma: **modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de**

turismo. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET, Juiz de Fora, v. 10, p. 1–17, jan./dez. 2020. e-ISSN 2238-2925.

CARVALHO, Carlos Alberto, VIEIRA, Maria das Mercês Ferreira .**Sociedade, organização e poder.** In Carlos Alberto, Vieira, Maria das Mercês Ferreira. O Poder nas Organizações. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CASSUNDÉ, Fernanda Roda; BARBOSA, Milka Alves Correia; MENDONÇA, José Ricardo Costa. **Terceirização e precarização do trabalho: levantamento bibliométrico sobre os caminhos críticos da produção acadêmica em Administração.** Teoria e Prática em Administração, v. 6, n. 1, p. 172–194, 2016

CASTEL, Robert. **Centralité du travail et cohésion social.** In: **Le monde du travail**, Paris: La Découverte, p. 50-60, 1998.

CASTRO, Beatriz Leite Gustmann de; CANOPF, Liliane; NUNES, Andrieli de Fatima Paz; COSTA, Vânia Medianeira Flores. **Precarização ou trabalho decente: o mundo laboral em transformação.** Revista Interface, v. 18, n. 1, jan./jun. 2021. ISSN 2237-7506.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Representações sociais na área de gestão em saúde: teoria e prática.** Porto Alegre: Dacasa, 2005.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho.** Tradução SOBRAL, A. 2 Ed, Petrópolis: Vozes, 2007.

CORREA, Edilene Vilas Boas Benevides; SILVA, Rodrigo Cardoso da; SILVA, Hiago Trindade de Lira. **Mercado de trabalho em eventos: reflexões sobre relações trabalhistas e precarização.** Revista de Turismo Contemporâneo, Natal, v. 11, n. 3, p. 506–526, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n3ID32708>.

COSTA, Silvia Suzana Gonçalves. **Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo.** Educação & Realidade, v, 34, n. 2, p.171-86, 2009.

D'ARISBO, Alessandra; BOFF, Dimas; OLTRAMARI, Ana Paula, SALVAGNI, João. **Regimes de flexibilização e sentidos do trabalho para docentes de ensino superior em instituições públicas e privadas.** Trabalho, Educação e Saúde, v.16, n. 2, p. 495-517, 2018 DOI:10.1590/1981-7746-sol00125

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial.** Tradução Yadyr A. Figueiredo. Brasília; Rio de Janeiro: UnB; J. Olympio, 2001.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 3ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DELGADO, Gilson Machado. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução, 2006**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/79059838.pdf>.

DÉTIENNE, Marcel.; Vernant, Jean-Pierre. **Les ruses de l'intelligence. La métis chez les Grecs**, Paris, Flammarion, 1974.

DIAS, Maria Fernanda Gomes. **Uberização: Reflexos Da Precarização Do Trabalho No Século XXI**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 4, n. 10, p. 05–10, 2020.

DOISE, Willem. **Direitos do homem e força das ideias**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

DONKIN, Robert. **Sangue, suor & lágrimas: a evolução do trabalho**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.

DRUCK, Gilson. **Trabalho, precarização e resistência. Cadernos**. CRH, v.24, n. 1, p.37-57, 2011. DOI:10.1590/S0103-49792011000400004.

DRUCK, Gilson **Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers**. Caderno de Saúde Pública, v. 32, n. 6, p.1-9, 2016 doi:10.1590/0102-311X00146315.

DURAN, Maria Cristina Gonçalves. **Representações sociais de professores em formação sobre profissão docente**. In: Souza, C. P.; Pardal, L. A.; Villas Boas, L. P.S. Representações sociais sobre o trabalho docente. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 91-106, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENRIQUEZ, Esteban. **O trabalho na pós-modernidade: novas formas de exploração**. 1999. p. 71.

ENRIQUEZ, Esteban. **Perda do trabalho, perda da Identidade**. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (Orgs). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT da PUC de MG, 1999, p. 69-83.

FARIA, José Henrique de; KREMER, Antonio. **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação**. *Revista Eletrônica de Administração*, v.10, n.5, p. 1-26, 2004.

FARIA, José Henrique de; KREMER, Antonio. **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação**. *Revista de Administração (São Paulo)*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 266–279, jul./set. 2005.

FELTEN, Maria Cristina. **O processo do trabalho no contexto da reforma trabalhista**. *Justiça & Sociedade*, v.2, n.1, p 3-30, 2017.

FERREIRA, Douglas Inácio Fragoso; ASSIS, Hilquias Kennedy Lima; BÉHAR, Alexandre Hochmann. **Informalidade, precarização e flexibilização: um retrato do trabalho dos entregadores por aplicativo no contexto pandêmico**. *Revista Gestão Organizacional*, Chapecó, v. 15, n. 3, p. 143–159, set./dez. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v15i3.6931>.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FONTES, Vitor. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. *Marx e o Marxismo*, v.5, n. 8, p. 45-67, 2017.

FRANCO JR., Heitor; CHACON, Paulo Pereira. **História da economia geral**. São Paulo: Atlas, 1986.

FRANCO, Daniel Souza; FERRAZ, Denise Liane Dias de Souza. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista**. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 17, Edição Especial, p. 844–856, 2019.

FRANCO, Daniel Souza; FERRAZ, Denise Liane Dias de Souza.; FERRAZ, José de Melo. **Uberization Political Economy: Worker Exploitation Regarding Three Forms of Work Intermediation in Platform Companies**. *Organizações & Sociedade*, [S. l.], v. 30, n. 105, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/49443>.

FUZYAMA, Christian Kazuo; BARBOSA, Alane de Oliveira; CUENCA, Renato; PEIXOTO, Marcus Rodrigues; ROSA, Bruna Oliveira. Christian. **O trabalho docente durante a pandemia da Covid-19: desamparo e precarização no “novo” cotidiano dos professores universitários.** Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 22–41, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21714/2237-51392021v25n2p022041>.

GAIA, Fabio Sergio. **As novas formas de trabalho no mundo dos aplicativos: o caso "uber" (Tese de doutorado).** Universidade Católica São Paulo, São Paulo, 2018.

GEMELLI, Cátia Eli; CLOSS, Lisiane. **Precariousness of higher education teaching work in Brazilian private HEIs.** Brazilian Business Review, Vitória (ES), v. 20, n. 3, p. 340–365, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2023.20.3.6.en>.

GIOSA, Luiz Antonio. **Terceirização: uma abordagem estratégica.** São Paulo: Cengage Learning, 1997.

GÓES, Karolayne Ribeiro de; SOUZA, Moema Serpa de. **A precarização do trabalho: um modo sócio-histórico da precariedade.** Revista Interface, Campina Grande, v. 1, jan./jul. 2015. ISSN 2237-7506

GONÇALVES, Valdir Oliveira (2001). **Terceirização; Trabalho Temporário;** Orientação ao Tomador de Serviços, Brasília: MTE, SIT.

GORZ, André. **Métamorphoses du travail. Quête du sens,** Paris, Galilée, 1988.

GUIMARÃES JUNIOR, Sergio Dias; SILVA, Elaine Barbosa da. **O processo de precarização social do trabalho: condições de possibilidade e embaraços contemporâneos.** Revista Farol, Belo Horizonte, v. 7, n. 21, p. 1–21, jul./set. 2020. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol>.

HASSARD, John. Tempo de trabalho: **outra dimensão esquecida nas organizações.** In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1, p. 175–193.

CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IPEA. **Número de entregadores cresce 104,2% devido ao desemprego.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34920

JORGE, Washington. **Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina.** *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, p. 9-12, 2005.

KREIN, José Dantas; PRONI, Maria Wanda. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Brasília: OIT, 2010. (Trabalho decente no Brasil, Documento de trabalho n. 4).

KREIN, José Dantas; COLOMBI, Ana Paula Figueiredo. **A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário.** *Educação & Sociedade*, v. 40, e0223441, 2019.

KREIN, José Dantas; MARACCI, Denis; FREITAS, Paula. **Balanço de um ano da contrarreforma trabalhista no Brasil: 2017-2018.** *Cadernos do CEAS*, n. 248, p. 637-667, 2019.

KOVÁCS, Iván. **Reestruturação empresarial e emprego.** *Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 467-494, 2003.

LEE, Ching Kwan; KOFMAN, Yoonhee. **The politics of precarity: views beyond the United States.** *Work and Occupations*, v. 39, n. 4, p. 388-408, 2012.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm.

LEONE, Eliane Thome. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal.** Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 3).

LHUILIER, Dominique. **Trabalho.** *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013. Tradução de Fernanda Spanier Amador; revisão de Eliana Braga Diniz Costa Pesa.

LHUILIER, Dominique. **Fragilisation des conditions nécessaires à la construction identitaire.** In: LHUILIER, Dominique. *L'aventure psychosociologique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997. p. 301-310.

LOBATO, Lenaura Vieira Costa. **Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro.** *Saúde e Debate*, v. 40, n. esp., p. 87-97, 2018.

MAITAN FILHO, Pedro Luiz; SIMÕES, Janaína Machado. **Entre o alto desempenho e a precarização: uma análise sobre as configurações do trabalho na indústria automobilística.** *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 1–16, abr./jun. 2015. ISSN 2177-4153.

MARTIGNAGO, André Zanis. **Reforma trabalhista no âmbito do direito brasileiro: como os atores do processo do trabalho recebem as alterações promovidas pela lei n. 13.467/2017.** 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

MARTINS, José Clerton de Oliveira.; AQUINO, Cássio Adriano Braz de; SABÓIA, Iratan Bezerra de; PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes. **Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo.** *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 219-228, 2012. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v15i2p219-228. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/61619>.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATIAS, Guilherme Primo; SILVA, Gabrielle Ribeiro Rodrigues da; FARAGO, Fabio Emanuel. **Precarization of work and migration: a review of the international literature.** *Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 19–36, jan./abr. 2020. e-ISSN 1980-4865. DOI: <https://doi.org/10.18568/internext.v15i1.527>.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente L. **Impactos da reforma trabalhista no mercado de trabalho de Santa Catarina.** *Revista da ABET*, v. 20, n. 1, p. 208-228, 2021.

MAUSS, Marcel. **Sociologie et anthropologie.** Paris: PUF, 1950.

MÉDA, Dominique. **Travail, une valeur en voie de disparition.** Paris: Aubier, 1995

MELGES, Fábio; CALARGE, Tania Cristina Costa; BENINI, Élcio Gustavo; PACHECO, Adriano Pereira de Castro. **A nova precarização do trabalho: um mapa conceitual.** Organizações & Sociedade, Salvador, v. 29, n. 103, p. 652–680, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-92302022v29n0032PT>.

MELIANI, Paulo Fernando. **Crítica à estética da mercadoria no turismo: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia.** 2011. Tese (Doutorado em [Curso]) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MELIANI, Paulo Fernando. **Estrutura e distribuição espacial do trabalho formal e informal no turismo do Brasil: contributos geográficos ao planeamento turístico regional brasileiro.** *Revista Turismo e Desenvolvimento*, n. 17/18, p. 467-478, 2012.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NAVARRO, Vicente; PADILHA, Vera Paiva. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo.** *Psicologia e Sociedade* [edição especial], Porto Alegre, v. 19, p. 14-20, 2007.

OLIVEIRA, Sérgio Ricardo; PICCININI, Valéria Cristina; SILVEIRA, Cláudia da Silva. **O trabalho como representação: a visão dos jovens universitários.** *Revista de Ciência da Administração*. v. 12, n. 28, p. 171 197, 2010. DOI: 10.5007/2175-8077.2010v12n28p171.

OIT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. Conceitos fundamentais. In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO (OIT). **A economia informal e o trabalho digno: guia de recursos sobre as políticas. Apoiar a transição para formalidade.** Portugal: OIT, 2014. Tradução: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Governo de Portugal.

PEREIRA, Maria Érica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. **Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social.** *Administração Pública e Gestão Social*, v. 9, n. 3, p. 171-183, 2017. <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5138>

PEREIRA, Maria Érica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. **Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social.** *Administração Pública e Gestão Social*. Viçosa, v. 9, n. 3, p. 171–183, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.1321>.

PETRIN, Natália. Terceirização. 2015. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/terceirizacao/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

PINHEIRO, Silvia Silva Martins; SOUZA, Marcia de Paula; GUIMARÃES, Karoline Claudino. **Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3923>.

PINTO, R. S. Trabalho temporário: **uma contribuição para a compreensão dos direitos do trabalhador diante do paradigma da flexibilização**. *Cadernos Estudos Jurídicos*, v. 7, n. 7, p. 1-194, 2004.

QUEVEDO-SILVA, Filipe; SANTOS, Eduardo Biagi Almeida; BRANDÃO, Marcelo Moll; Vils, Leonardo Estudo bibliométrico: **orientações sobre sua aplicação Revista Brasileira de Marketing**. v. 15, n. 2, **Universidade Nove de Julho**, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471755312008.pdf>.

RAMOS, Carlos Alberto. **Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual**. Marcos interpretativos e alternativas de política. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 115-137, jun. 2007

REIS, Suzéte S.; TAVARES, Tainá. **O acesso à justiça na perspectiva da reforma trabalhista**. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região*, v. 22, n. 31, p. 313-337, 2019.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História econômica geral** (3ª ed.). São Paulo: Contexto, 1997.

REUTERS. **Candidatos a entregador de aplicativo mais que dobram após isolamento causado pelo coronavírus**. *G1*, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/01/candidatos-a-entregador-de-aplicativo-mais-que-dobram-apos-isolamento-causado-pelo-coronavirus.ghtml>.

ROESLER, Átila Roque. **Crise econômica, flexibilização e o valor social do trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

SALATI, Paula. **Veja medidas econômicas adotadas pelos países para socorrer população e empresas**. *G1*, 19 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/19/veja-medidas-economicas-adotadas-pelos-paises-para-socorrer-populacao-e-empresas.ghtml>.

SANTANA, Lizandra Kelly de Araújo; DOURADO, Débora Coutinho Paschoal. **A criação dos programas de transferência de renda e a precarização do trabalho no século XXI: a emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é possível?** *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 3, n. 2, p. 125–151, dez. 2018.

SILVA, Marcella de Oliveira; BANTIM, Natasha; COSTA, Maria Angélica Maciel.

Precarização do trabalho no setor de eventos: um estudo inicial sobre os impactos para os trabalhadores e empresas. Revista de Turismo Contemporâneo, Natal, v. 9, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2021.

SINGER, Paul; JAKOBSEN, Kjeld; POCHMANN, Márcio (org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado.** Tradução João Peres. São Paulo: Editora Elefante (2017).

SNYDER, Hannah. **Literature review as a research methodology: an overview and guidelines.** Journal of business research, v. 104, 2019.

STAIR, Ralph Marvin, & REYNOLDS, George Walter . **Princípios de Sistemas de Informação – Uma abordagem gerencial.** São Paulo: Thonsom, 2006.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Tradução de Alexandre Werneck. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista.** Revista Outubro, Brasil, n. 7, p. 49-60, 2002.

TEIXEIRA, Rodilon; LEMOS, Ana Heloísa da Costa; FUZYAMA, Christian Kazuo. **Precarização do trabalho e carreiras: panorama da produção acadêmica sobre a temática.** Caderno de Administração, Maringá, v. 29, n. 2, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v29i2.56479>.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Precariado ou proletariado?** Bauru: Canal 6, 2016.

VALENZUELA, Hernán Cuevas **Precariedad, Precariado y Precarización. Un comentario crítico desde América Latina a The Precariat: The New Dangerous Class de Guy Standing.** Polis: Revista Latinoamericana, 14(40), 313-329, 2015. doi:10.4067/S0718-65682015000100015

VASCONCELLOS, Luís Henrique Rigato; DELBONI, Denise Poiani. **Empreendedorismo e precarização do trabalho: o desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empresárias no estado de São Paulo.** Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 54–76, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14211/41164>

VIEIRA, Darlane Amorim; CORRÊA, Rúbia Oliveira; CORNÉLIO, Eude do Amor; CAVALCANTI, Maralysa Correia de Souza. **O autoempreendedorismo num contexto de precarização do trabalho: uma análise dos fatores que influenciam os jovens a atuar na informalidade.** *Revista Gestão & Conexões*. Vitória (ES), v. 13, n. 3, p. 157–181, ago./nov. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2024.13.3.42847.157.181>.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

WOLFF, Simone. **Desenvolvimento local, empreendedorismo e “governança” urbana: onde está o trabalho nesse contexto?** *Caderno CRH*, v. 27, n. 70, p. 131-150, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000100010>